

**PROJETO MULTISSETORIAL
PARA O DESENVOLVIMENTO
DO PARANÁ**

**RELATÓRIO DE
MONITORAMENTO
1.º semestre de 2014**

(Acordo de Empréstimo n.º 8.201-BR)



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

IPARDES

Instituto Paranaense de
Desenvolvimento Econômico e Social

PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ

**RELATÓRIO DE
MONITORAMENTO
1.º semestre de 2014**

(Acordo de Empréstimo n.º 8.201-BR)



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

CURITIBA
NOVEMBRO 2014

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Carlos Alberto Richa - *Governador*

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL (SEPL)

Cassio Taniguchi - *Secretário*

Eduardo Ferreira Eleotério - *Diretor Geral*

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES)

Gilmar Mendes Lourenço - *Diretor-Presidente*

Júlio Takeshi Suzuki Jr. - *Diretor do Centro de Pesquisa*

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO (SEAB)

Norberto Anacleto Ortigara - *Secretário*

Otamir Cesar Martins - *Diretor Geral*

INSTITUTO PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (EMATER)

Rubens Ernesto Niederheitmann - *Diretor-Presidente*

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS (SEMA)

Antonio Caetano de Paula Júnior - *Secretário*

Rori Mendes Correa - *Diretor Geral*

INSTITUTO DE TERRAS CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS (ITCG)

Amilcar Cavalcante Cabral - *Diretor-Presidente*

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ (IAP)

Luiz Tarcísio Mossato Pinto - *Diretor-Presidente*

INSTITUTO DE ÁGUAS DO PARANÁ (AGUASPARANÁ)

Everton Luiz da Costa Souza - *Diretor-Presidente*

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (SEED)

Paulo Schmidt - *Secretário*

Edmundo Rodrigues da Veiga Neto - *Diretor Geral*

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SESA)

Michele Caputo Neto - *Secretário*

Rene José Moreira Dos Santos - *Diretor Geral*

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA (SEFA)

Luis Eduardo Da Veiga Sebastiani - *Secretário*

João Otávio Faria Borges de Sá - *Diretor Geral*

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA (SEAP)

Dinorah Botto Portugal Nogara - *Secretária*

Samira Tomita - *Diretora Geral*

CASA MILITAR DA GOVERNADORIA

Adilson Castilho Casitas - *Coordenador Estadual de Proteção e Defesa Civil*

PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ

Rosane Gonçalves - *Coordenadora Geral do Projeto (SEPL)*

Nestor Bragagnolo - *Coordenador Adjunto do Projeto (SEPL)*

EQUIPE TÉCNICA DA UNIDADE DE GERENCIAMENTO DO PROJETO - UGP/SEPL

José Carlos Espinoza Aliaga, Julia Carolina Rubel, Leda Mara dos Reis von der Osten, Lucas Rodrigues Maciel, Nayara Lobo Carneiro Galera, Ricardo Fernandes Bezerra, Sandra Cristina Lins dos Santos, Tobias de Freitas Prando.

EQUIPE TÉCNICA IPARDES

ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO (Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas)

Valéria Villa Verde Reveles Pereira - *Coordenação*

Katia Terezinha Patrício da Silva - *Coordenação Adjunta*

Angelita Bazzoti - *Socióloga*

Ciro Cezar Barbosa - *Economista*

Rafaela Amorim - *Economista*

EDITORIAÇÃO

Maria Laura Zocolotti - *Supervisão editorial*

Claudia F. B. Ortiz - *Revisão de texto*

Ana Rita Barzick Nogueira e Léia Rachel Castellar - *Editoração eletrônica*

Stella Maris Gazziero - *Projeto gráfico, diagramação e capa*

Maria Rosa Davin - *Normalização bibliográfica*

Fotos: Maria de Lourdes da Conceição (SEPL)

LISTA DE SIGLAS

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural	LOA - Lei Orçamentária Anual
BIC - Bank Identifier Code	LPI - Licitação Pública Internacional
BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento	LPN - Licitação Pública Nacional
BM - Banco Mundial	MOP - Manual Operativo do Projeto
CAFE - Coordenação da Administração Financeira do Estado	NRE - Núcleo Regional de Educação
CDG - Coordenadoria de Desenvolvimento	ONGs - Organizações Não Governamentais
CELEPAR - Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná	PAD - Project Appraisal Document
CM - Casa Militar	PDE - Programa de Desenvolvimento da Educação
CMDRS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável	PGE - Programa de Gastos Elegíveis
COP - Coordenadoria de Orçamento e Programação	PPA - Plano Plurianual
DDF - Declaração de Disponibilidade Financeira	PPRI - Planos Pontuais de Reassentamento Involuntário
DDO - Declaração de Disponibilidade Orçamentária	QPPE - Quadro Próprio do Poder Executivo
DLIs - Disbursement Linked Indicators	SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
DOE - Diário Oficial do Estado	SEAB - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
e-COP - Sistema Orçamentário do Estado	SEAP - Secretaria de Estado da Administração e da Previdência
EEP - Eligible Expenditure Programs	SEED - Secretaria de Estado da Educação
EMATER - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural	SEEG - Secretaria de Estado de Governo
EPPI - Estratégia de Participação dos Povos Indígenas	SEFA - Secretaria de Estado da Fazenda
FUNAI - Fundação Nacional do Índio	SEI - Sistema Estadual de Informações
GAS - Grupo Administrativo Setorial	SEMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
GFS - Grupo Financeiro Setorial	SEPL - Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral
GPS - Grupo de Planejamento Setorial	SESA - Secretaria de Estado da Saúde
IAP - Instituto Ambiental do Paraná	SIAF - Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro
IBAN - International Bank Account Number	SIMEPAR - Sistema Meteorológico do Paraná
ICB - International Competitive Bidding	SISPRENATAL - Sistema de Acompanhamento do Programa de Humanização
IFR - Interim Financial Report	SOEs - Customized Statement of Expenses – Customized
INTOSAI - International Organization of Supreme Audit Institutions	SUDE - Superintendência de Desenvolvimento Educacional
IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social	SUEDE - Superintendência da Educação
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	SUS - Sistema Único de Saúde
ITCG - Instituto de Terras, Cartografia e Geociências	SWAp - Sector Wide Approach
LAS - Licença Ambiental Simplificada	TCE - Tribunal de Contas do Estado
LI - Licença de Instalação	UBS - Unidade Básica de Saúde
LO - Licença de Operação	UGP - Unidade de Gerenciamento do Projeto

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 FATORES CIRCUNSTANCIAIS	11
2 INDICADORES DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO FÍSICA DO COMPONENTE 1 - Promoção Justa e Ambientalmente Sustentável do Desenvolvimento Econômico e Humano.....	17
2.1 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - Setor 1	17
Acompanhamento dos Indicadores	19
Contexto	21
2.2 GESTÃO AMBIENTAL E DE RISCOS E DESASTRES - Setor 2	23
Acompanhamento dos indicadores	24
Contexto	26
2.3 EDUCAÇÃO - Setor 3	27
Acompanhamento dos indicadores	29
Contexto	32
2.4 SAÚDE - Setor 4.....	35
Acompanhamento dos indicadores	36
Contexto	38
3 INDICADORES DE MONITORAMENTO DO COMPONENTE 2 - Assistência Técnica para a Gestão Pública mais Eficiente e Eficaz	43
Execução da Assistência Técnica.....	44
Acompanhamento dos Indicadores	44
Contexto	46
4 ACOMPANHAMENTO FINANCEIRO	49
Programas de Gastos Elegíveis.....	49
CONSIDERAÇÕES	58
APÊNDICE	63
REFERÊNCIAS	78

INTRODUÇÃO

A Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral do Estado do Paraná, representada pela Unidade de Gerenciamento do Projeto Multissetorial de Desenvolvimento do Paraná, com a cooperação técnica do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), apresenta de forma sistematizada e integrada o primeiro relatório de execução física e financeira das ações do projeto, referente ao período de 12 meses anterior à assinatura do acordo, e ao primeiro semestre de 2014. Esse relatório busca também estabelecer o diálogo entre os executores e contribuir para a transparência das políticas públicas, com a sua disponibilização no endereço eletrônico www.sepl.pr.gov.br.

O Projeto Multissetorial de Desenvolvimento do Paraná, objeto do acordo de empréstimo entre o Estado do Paraná e o Banco Mundial (nº 8.201 - BR), tem como objetivo promover o acesso a oportunidades de desenvolvimento econômico e humano mais equitativas e ambientalmente sustentáveis. Está organizado em dois componentes: Componente 1 - Promoção Justa e Ambientalmente Sustentável do Desenvolvimento Econômico e Humano, englobando nove programas finalísticos; e Componente 2 - Assistência Técnica para Gestão Pública mais Eficiente e Eficaz, envolvendo cinco setores: desenvolvimento rural, meio ambiente, saúde, educação e gestão do setor público.

O financiamento firmado com o Banco Mundial em 12 de dezembro de 2013 teve sua efetividade obtida em 13 janeiro de 2014, e adota uma modalidade setorial ampla denominada em inglês de Sector Wide Approach (SWAp). Constitui um tipo de financiamento inédito até o momento no Estado, em que há o comprometimento com investimentos estratégicos em setores que promovam o desenvolvimento econômico e social. Nesse arranjo, os programas do Componente 1 foram assumidos como iniciativas orçamentárias no Plano Plurianual 2012-2015.

Com o propósito de comunicar o andamento do Projeto Multissetorial de Desenvolvimento do Paraná, este relatório contempla quatro seções além desta introdução. Inicialmente, faz-se uma breve referência aos Fatores Circunstanciais. A segunda seção, Indicadores de Monitoramento da Execução Física do Componente 1 - Promoção Justa e Ambientalmente Sustentável do Desenvolvimento Econômico e Humano, no cenário das referências básicas, expressa os resultados dos programas com os indicadores de produto do Modelo Lógico e os outros indicadores de monitoramento previstos e, no contexto, pontua aspectos relacionados à execução e ao desempenho dos indicadores. A terceira seção, por sua característica de financiamento, apresenta o gerenciamento e os indicadores de monitoramento do Componente 2 - Assistência Técnica para Gestão Pública mais Eficiente e Eficaz. Na quarta seção, o enfoque é dado à execução financeira, com destaque para o cumprimento das regras de desembolso no período. Espera-se com isso ter alcançado o objetivo de entregar um relatório técnico capaz de informar o que vem sendo executado.



1

FATORES CIRCUNSTANCIAIS

Para uma melhor compreensão do alcance dos indicadores apresentados neste relatório, deve-se considerar o contexto em que se deu a contratação, como também as condições mais gerais da execução inicial do projeto. O tempo em que transcorreu a negociação do contrato em justaposição ao desenho do Projeto Multissetorial de Desenvolvimento do Paraná de certa forma redefiniu prioridades, e isto pode ser explicado por algumas regras contratuais intrínsecas à modalidade de empréstimo praticada, a qual está associada à programação orçamentária expressa no Plano Plurianual (PPA), o que comprometeu o Estado em sua execução. Outro fator a ser considerado refere-se à regra contratual que prevê a possibilidade de reembolso das despesas ocorridas no âmbito do Projeto em até 12 meses pretéritos. As situações apontadas, somadas à alteração do período de vigência do contrato, inicialmente previsto para o período 2012-2015, sendo readequado para o período 2014-2017, formam o cenário em que o Projeto Multissetorial vem sendo executado.

A sistemática de monitoramento adotada pela Unidade de Gestão do Projeto (UGP) foi construída com a aplicação da metodologia Modelo Lógico, para organizar o monitoramento dos programas finalísticos do Projeto, estruturados no componente Promoção Justa e Ambientalmente Sustentável do Desenvolvimento Econômico e Humano. Esta metodologia baseia-se na teoria do programa para estabelecer três conjuntos de indicadores: de produto, intermediário e final. A aferição dos indicadores possibilitará a ação balizada do gestor. Em consonância e ao mesmo tempo são acompanhados outros indicadores identificados por: desenvolvimento, resultado intermediário e de desembolso. Esses indicadores estão vinculados às ações previstas tanto no Componente 1 quanto no Componente 2 do projeto (quadro 1).

Os Indicadores de Monitoramento foram previamente acordados em duas circunstâncias, por ocasião da missão de pré-avaliação do Projeto, em abril de 2012, e na fase da construção do Modelo Lógico concluído em julho de 2012. Os Indicadores de Desenvolvimento estão correlacionados com os cinco setores apoiados pelo projeto Multissetorial de Desenvolvimento do Paraná. Os Indicadores de Monitoramento, também denominados de Resultados Intermediários, foram construídos considerando os programas finalísticos e a ação do Componente 2 do projeto. Os Indicadores de Desembolso foram definidos tendo em vista as regras e normas do financiamento. De forma geral, as metas acordadas e expressas nos instrumentos de acompanhamento são equivalentes; quando tal não acontece, dá-se o devido destaque.

A Unidade de Gerenciamento do Projeto no uso de suas atribuições, com o apoio técnico da equipe do Núcleo de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do IPARDES para este relatório, realizou reuniões de monitoramento com gestores e executores em duas etapas: uma rodada de reuniões no período de abril a maio para a revisão do cronograma de metas dos indicadores de produto do Modelo Lógico, e dos quadros com os

indicadores de desenvolvimento intermediários e de desembolso. E outra, no período de junho a julho, para a compatibilização das metas físicas, financeiras e a coleta das informações requeridas na mensuração e verificação do cumprimento dos indicadores previstos para o período. Esses procedimentos permitem atestar o desempenho das metas priorizadas e dos indicadores acordados, bem como identificar necessidades de correções e buscar soluções, de forma colaborativa, e adotar medidas de ajustes em face da realidade da execução.

Com a assinatura do contrato foram instituídos os mecanismos previstos para a gestão do Projeto. Na SEPL foi criada a Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), por meio do Decreto nº 5.133, de 2 de junho de 2012, cujos integrantes foram nomeados pela Resolução nº 02/2014/SEPL, de 22 de janeiro de 2014, com a responsabilidade de coordenação geral junto às outras secretarias executoras. Para apoiar o monitoramento da execução do projeto e exercer a supervisão das atividades, foi designado o Comitê Gestor do Projeto (Resolução nº 03/2014/SEPL, de 22 de janeiro de 2014), composto por representantes das instituições envolvidas. O detalhamento do arranjo institucional, com as funções e competências do Projeto Multissetorial de Desenvolvimento do Paraná, consta no Manual Operativo do Projeto (MOP).

QUADRO 1 - ORGANOGRAMA DO PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ

PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ	
COMPONENTE 1: PROMOÇÃO JUSTA E AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E HUMANO	COMPONENTE 2: ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA GESTÃO PÚBLICA MAIS EFICIENTE E EFICAZ
SETOR 1 OU SUBCOMPONENTE 1.1 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL 1.1.1 Programa Desenvolvimento Econômico e Territorial - Pró-Rural (SEAB, EMATER e ITCG) 1.1.2 Programa Gestão de Solo e Água em Microbacias (SEAB, EMATER e AGUASPARANÁ)	SETOR 5 GESTÃO DO SETOR PÚBLICO SUBCOMPONENTE 2.1 Qualidade Fiscal (SEPL e SEFA) SUBCOMPONENTE 2.2 Modernização Institucional (SEPL, SEAP, IPARDES e CGE) SUBCOMPONENTE 2.3 Gestão mais Eficiente dos Recursos Humanos (SEPL e SEAP) SUBCOMPONENTE 2.4 Apoio à Agricultura de Baixo Impacto Ambiental (SEPL e SEAB) SUBCOMPONENTE 2.5 Apoio à Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental (SEPL, SEMA, ITCG, AGUASPARANÁ e IAP) SUBCOMPONENTE 2.6 Apoio à Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos (SEPL, SEMA, CASA MILITAR/DEFESA CIVIL, IAP e AGUASPARANÁ) SUBCOMPONENTE 2.7 Educação (SEPL e SEED) SUBCOMPONENTE 2.8 Saúde (SEPL e SESA)
SETOR 2 OU SUBCOMPONENTE 1.2 GESTÃO AMBIENTAL E DE RISCOS E DESASTRES 1.2.1 Programa Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental (SEMA, IAP e AGUASPARANÁ) 1.2.2 Programa Fortalecimento da Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos (SEMA, IAP, AGUASPARANÁ e DEFESA CIVIL)	
SETOR 3 OU SUBCOMPONENTE 1.3 EDUCAÇÃO 1.3.1 Programa Sistema de Avaliação da Aprendizagem (SEED) 1.3.2 Programa Formação em Ação (SEED) 1.3.3 Programa Renova Escola (SEED)	
SETOR 4 OU SUBCOMPONENTE 1.4 SAÚDE 1.4.1 Programa Rede de Urgência e Emergência (SESA) 1.4.2 Programa Mãe Paranaense (SESA)	



2

INDICADORES DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO FÍSICA DO COMPONENTE 1

Promoção Justa e Ambientalmente Sustentável do Desenvolvimento Econômico e Humano

INDICADORES DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO FÍSICA DO COMPONENTE 1 - PROMOÇÃO JUSTA E AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E HUMANO

Esta seção focaliza o conjunto de indicadores de execução física para os programas finalísticos que integram o Componente 1. Assim, os programas serão apresentados por setor com os quadros de acompanhamento dos indicadores devidamente contextualizados. O quadro-resumo de execução financeira e os diagramas com as referências básicas dos programas serão apresentados como cenário para o acompanhamento dos programas.

2.1 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - SETOR 1

O setor 1 volta-se ao compromisso de aumentar a participação dos agricultores familiares em atividades agrícolas mais rentáveis, apoiando a organização, o planejamento e práticas ambientais, sociais e econômicas sustentáveis, e assim contribuir para a diminuição das diferenças regionais. As ações do setor estão estruturadas em dois programas: Desenvolvimento Econômico Territorial (Pró-Rural), que visa reverter a baixa eficiência produtiva, econômica e social na região central do Estado; e Gestão de Solos e Água em Microbacias, comprometido com a melhoria da gestão dos recursos naturais, resultando na maior sustentabilidade das atividades agropecuárias (tabela 1, diagramas 1 e 2).

TABELA 1 - RECURSOS PROGRAMADOS E RECURSOS EXECUTADOS DO SETOR 1 - DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - PROJETO MULTISSETORIAL DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ - AGOSTO 2014

NÚMERO E NOME DA INICIATIVA ORÇAMENTÁRIA	INVESTIMENTO (R\$)				EXECUÇÃO (%) (B+C)/A
	Previsto Total (A)	Executado no Período (12/12/2012 a 11/12/2013) (B)	Executado no Período (12/12/2013 a jun./2014) (C)	Saldo Previsto Total A-(B+C)	
3028/3033/3034 - Desenvolvimento Econômico Territorial Pró-Rural	130.870.902	4.469.448	891.388	125.510.066	4,10
3027/3029/3037 - Gestão de Solos e Água em Microbacias	90.580.311	10.537.423	27.185.732	52.857.156	41,65
TOTAL	221.451.213	15.006.871	28.077.120	178.367.222	19,46

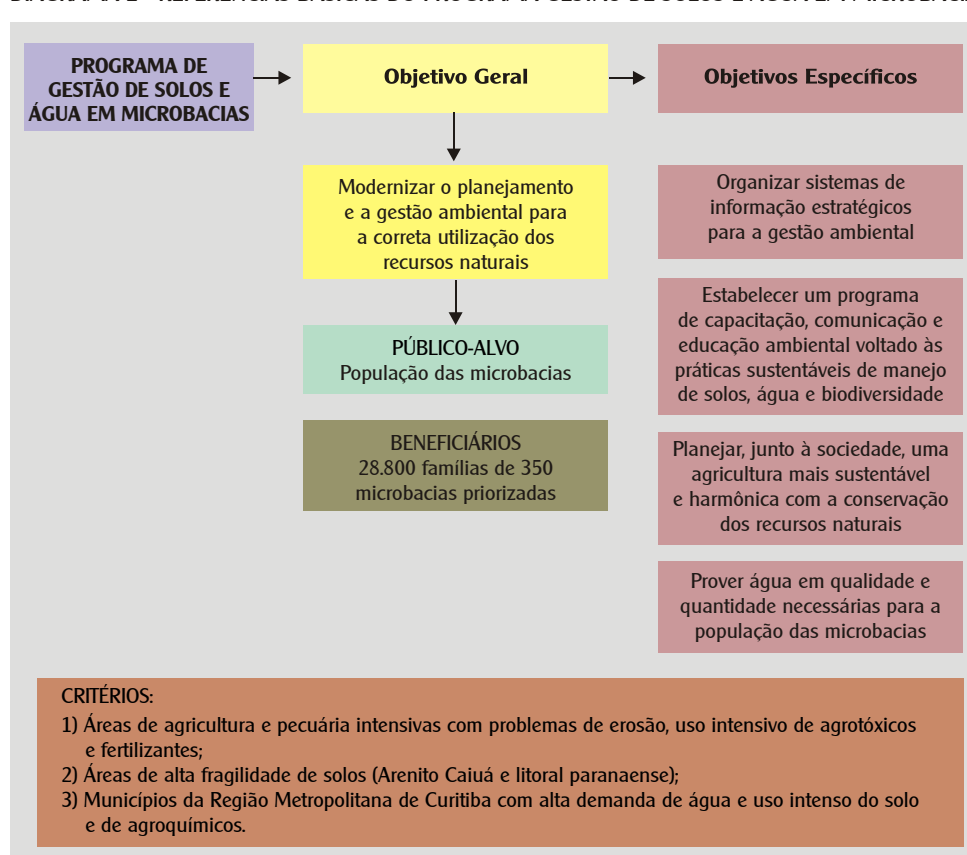
FONTES: SEPL - Projeto Multissetorial de Desenvolvimento do Paraná - Contrato de Empréstimo nº 8.201/BR; SEFA-SIAF

DIAGRAMA 1 - REFERÊNCIAS BÁSICAS DO PROGRAMA PRÓ-RURAL



FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

DIAGRAMA 2 - REFERÊNCIAS BÁSICAS DO PROGRAMA GESTÃO DE SOLOS E ÁGUA EM MICROBACIAS



FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

ACOMPANHAMENTO DOS INDICADORES

Com a construção do Modelo Lógico, foram definidos 12 indicadores de Produto para o programa Pró-Rural, visando fomentar a inserção socioprodutiva dos agricultores familiares beneficiários. Para o programa Gestão de Solos e Água em Microbacias foram estabelecidos oito indicadores de produto para incrementar a gestão sustentável dos recursos naturais (quadro 2).

No quadro 3 constam os indicadores de Desenvolvimento, Intermediário e de Desembolso relativos ao Setor 1 - Desenvolvimento Rural Sustentável, vinculados aos respectivos programas.

QUADRO 2 - INDICADORES DE PRODUTO DOS PROGRAMAS PRÓ-RURAL E GESTÃO DE SOLOS E ÁGUA EM MICROBACIAS - MODELO LÓGICO - SETOR 1, DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - 2014

continua

PRODUTO	PROGRAMA DE GASTOS ELEGÍVEIS 1 - PRÓ-RURAL						
	Unidade de Medida	Realizado		Metas Anuais	Total Realizado	Indicador de Desempenho	
		Até 12/12/2013	De 01/2014 a 06/2014	2014		Indicador	%
102 Escritórios reformados, 100 veículos adquiridos e rede de TI da EMATER modernizada	Número	82	0	102	82	Taxa de escritórios reformados	80,39
	Número	131	0	100	131	Taxa de veículos adquiridos	131,00
250 Técnicos capacitados através da realização de 103 cursos	Número	897	123	100	1.020	Taxa de técnicos capacitados	1020,00
50 Convênios firmados para aquisição de 30 carros e/ou 50 kits de equipamentos de informática	Número	NA	NA	NA	NA	Taxa de convênios firmados	NA
21 Mil famílias atendidas pela ATER pública oficial	Número	10.121	10.056	2.000	20.177	Taxa de famílias atendidas	1008,85
9.600 Pessoas capacitadas através de 320 cursos	Número	12.650	669	600,0	13.319	Taxa de pessoas capacitadas	2219,83
210 Propostas de negócios financiadas	Número	0	0	30	0	Taxa de propostas de negócios	0,00
75 Projetos-piloto e iniciativas inovadoras apoiadas	Número	NA	NA	NA	NA	Taxa de projetos-piloto e iniciativas inovadoras apoiadas	NA
4.000 Processos ajuizados	Número	815	0	600	815	Taxa de processos ajuizados	135,83
6.200 Lideranças capacitadas através de 206 eventos	Número	4.554	177	500,0	4.731	Taxa de lideranças capacitadas	946,20
7 Consórcios intermunicipais apoiados mediante a disponibilização de patrulhas rodoviárias e de recursos para o custeio de adequação de estradas	Número	NA	NA	NA	NA	NA	NA
1.600 Operadores e 400 gestores capacitados na execução e gestão de estradas rurais	Número	0	0	300	0	Taxa de operadores capacitados	0,00
	Número	0	0	40	0	Taxa de gestores capacitados	0,00
7 Planos de gestão e conservação de estradas rurais elaborados	Número	NA	NA	NA	NA	Taxa de planos de gestão elaborados	NA
PRODUTO	PROGRAMA DE GASTOS ELEGÍVEIS 2 - GESTÃO DE SOLOS E ÁGUA EM MICROBACIAS						
	Unidade de Medida	Realizado		Metas Anuais	Total Realizado	Indicador de Desempenho	
		Até 12/12/2013	De 01/2014 a 06/2014	2014		Indicador	%
389 escritórios municipais, 21 escritórios regionais, sede estadual da EMATER e sede estadual da SEAB com equipamentos adquiridos (notebook, desktop, tablets, impressoras, GPS, câmera digital com GPS e projetor de imagens)	Número	0	0	410 kits adquiridos	0	Taxa de kits adquiridos	0
490 profissionais qualificados (27 cursos com temas: tecnologias de conservação, de produção, de informação e fiscalização, totalizando carga horária de 350 horas)	Número	514	0	700	514	Taxa de profissionais qualificados	73,43
Integração de sistemas de informações em 1 (um) cadastro multifinalitário	Texto	NA	NA	NA	NA	NA	NA
200 cursos sobre geotecnologias, manejo e conservação de solos, água e biodiversidade, práticas agroecológicas (para 4.000 pessoas, 200 cursos e carga horária de 1.600 horas)	Número	488	75	1.000	563	Taxa de pessoas qualificadas	56,30

QUADRO 2 - INDICADORES DE PRODUTO DOS PROGRAMAS PRÓ-RURAL E GESTÃO DE SOLOS E ÁGUA EM MICROBACIAS - MODELO LÓGICO - SETOR 1, DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - 2014

conclusão

PRODUTO	PROGRAMA DE GASTOS ELEGÍVEIS 2 - GESTÃO DE SOLOS E ÁGUA EM MICROBACIAS						
	Unidade de Medida	Realizado		Metas Anuais	Total Realizado	Indicador de Desempenho	
		Até 12/12/2013	De 01/2014 a 06/2014	2014		Indicador	%
120 eventos (dias de campo e excursões), 2 campanhas estaduais de comunicação de massa e participação em 70 feiras (montagem de estandes educativos)	Número	40	2	70	42	Taxa de eventos realizados	60,00
	Número	1	1	1	2	Taxa de campanhas realizadas	200,00
	Número	7	4	20	11	Taxa de participação em feiras	55,00
480 sistemas de abastecimento de água	Número	38	42	87	80	Taxa de sistemas de abastecimento de água	91,95
40 negócios comunitários sustentáveis instalados	Número	NA	NA	NA	NA	Taxa de negócios instalados	NA
350 planos de ação de microbacias validados pela comunidade	Número	100	4	50	104	Taxa de planos validados	208,00

FONTES: SEPL/UGP - Projeto Multissetorial de Desenvolvimento do Paraná; IPARDES - Modelo Lógico

NOTA: Sinal convencional utilizado:

0 - Não foi atingida a unidade adotada.

NA - Não se aplica.

QUADRO 3 - INDICADORES DE MONITORAMENTO DOS PROGRAMAS PRÓ-RURAL E GESTÃO DE SOLOS E ÁGUA EM MICROBACIAS - SETOR 1, DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - 2014

INDICADOR DE MONITORAMENTO	UNIDADE DE MEDIDA	META PARA DESEMBOLSO PROGRAMADO 08/2014	META ALCANÇADA NO PERÍODO		PROTOCOLO PARA VERIFICAÇÃO/ FONTE DE INFORMAÇÃO
		Abs.	Abs.	%	
Associações de agricultores apoiados pelo projeto com melhoria do acesso e integração aos mercados produtivos	Percentual	NA	NA	NA	Relatório do M&A do Projeto.
Número de agricultores familiares treinados e recebendo assistência técnica no âmbito do Pró-Rural	Número	2.000	10.056	502,80	Número de agricultores que receberam assistência técnica (serviços de extensão em produção agrícola e gestão de serviços agrícolas) e treinamento (seminários, <i>workshops</i> , cursos técnicos, etc.), somente na área do Pró-Rural.
Número de propostas de negócios sustentáveis aprovadas e financiadas	Número	NA	NA	NA	Lista dos acordos assinados coma as associações e amostra de contratos publicados no Diário Oficial do Estado.
Número de planos de ação de microbacias elaborados	Número	20	104	520	Lista de planos de ação de microbacias (elaborado de acordo com o MOP) e amostra de planos.

FONTE: SEPL/UGP - Projeto Multissetorial de Desenvolvimento do Paraná

NOTA: Sinal convencional utilizado:

NA - Não se aplica.

■ Indicador de Desenvolvimento Setorial

■ Indicador de Resultado Intermediário

■ Indicadores de Desembolso

CONTEXTO

PROGRAMA DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TERRITORIAL - PRÓ-RURAL

- A atualização da demanda somada às condições favoráveis de aquisição de veículos e a alocação de mais técnicos levaram à decisão de rever a meta de aquisição de veículos para renovação da frota. Esta apresentou um incremento de 31% atendendo maior número de municípios.
- A superação da meta de atendimento aos agricultores familiares em mais de 1.000% resulta da ampliação da natureza das atividades compreendidas como de assessoramento aos beneficiários. Na programação inicial para estimar esta meta foi considerado exclusivamente o trabalho de extensão rural mais sistemático de gestão dos empreendimentos produtivos. Este trabalho inclui visita técnica à unidade produtiva familiar, diagnóstico, estudos de viabilidade técnica e econômica, assessoria técnica, mobilização, organização comunitária associativa e cooperativa, o que se configura como assistência técnica. Essa estratégia, em virtude das demandas dos agricultores, foi revisada pela equipe executora que contabilizou na meta as atividades pontuais de atendimento técnico como: sensibilização, esclarecimentos de ordem diversa sobre a produção, financiamento e acesso às políticas públicas para o setor.
- A meta relacionada à proposta de negócios apresentou diferença entre o planejado no Modelo Lógico (sem meta para o primeiro ano) e o planejado para o indicador de desembolso (30 propostas no primeiro ano), tendo sido acordado que o programado como indicador de desembolso prevaleceria.
- O subcomponente Regularização Fundiária, ação indutora e estratégica para o desenvolvimento local, deve passar por redimensionamento da meta inicial atendendo a um maior número de beneficiários. A revisão e o ajuste dessa meta têm se mostrado viáveis em virtude da redução dos custos operacionais devido à otimização dos procedimentos. No contexto do programa, a regularização fundiária esteve orientada justamente para o desenvolvimento de procedimentos técnicos, administrativos e de gestão voltados à efetivação da política pública.
- A ação de fortalecimento de consórcios intermunicipais para a gestão de estradas rurais deverá ser iniciada somente após a aquisição das patrulhas rodoviárias e a seleção dos consórcios de municípios beneficiários.

PROGRAMA GESTÃO DE SOLOS E ÁGUA EM MICROBACIAS

- A integração do sistema multifinalitário passará por reexame das especificações técnicas a serem discutidas na avaliação de meio termo.
- A implantação de sistemas de abastecimento acima do previsto para o período analisado deveu-se, em parte, à pressão provocada pela seca em 2013, resultando na demanda por ação emergencial por parte do poder público. <http://www.agricultura.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=5640>; <http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/pr-governador-decreta-estado-de-emergencia-para-137-cidades,6319dc840f0da310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>
- A ação relacionada aos negócios comunitários sustentáveis, prevista para o segundo ano do Programa, está sendo equacionada em parceria com a coordenação do Programa Pró-Rural, que também tem prevista ação similar, sendo convenientes soluções e encaminhamentos conjuntos.

- No período 2012-2013, foram realizadas as atividades de qualificação de técnicos em nível local, regional e central, com o objetivo de preparar a execução das ações do Programa.
- A meta de qualificação de profissionais foi integralmente cumprida, com a realização de 47 eventos que perfazem um total de 950 horas de cursos, seminários e oficinas.
- Os principais conteúdos tratados nas qualificações dos técnicos foram: orientações para o planejamento eficiente do território; conceitos de manejo e conservação de solos; água e biodiversidade, manejo integrado de pragas; agricultura conservacionista, agroecologia e técnicas de monitoramento ambiental.
- Com o início da execução do programa em 2014, outras atividades de qualificação serão programadas para garantir a operacionalização dos planos nas unidades produtivas.
- No que concerne à qualificação de agricultores, o ritmo será intensificado em 2014, nos conteúdos requeridos para a adoção de práticas sustentáveis relacionados a: conservação de águas, solos e biodiversidade; gestão de ecossistemas e água; agrobiodiversidade; agricultura convencional x agricultura conservacionista; organização e formação de cidadania.
- A meta relacionada à realização de eventos e participação em feiras refere-se às ações de educação ambiental para a mobilização e sensibilização de agricultores e da sociedade. Nesse contexto, merece destaque a campanha Plante Seu Futuro, de abrangência estadual, com ações educativas para profissionais, produtores e acadêmicos da área de Ciências Agrárias, como instrumento de alerta permanente e de proteção e redução de riscos, seja na forma de prevenção como na ação efetiva de combate às más práticas de manejo de solo e água.
- Os 104 planos de microbacias foram validados junto às comunidades para estabelecer referências à gestão compartilhada e no intuito de que as mesmas adotem práticas conservacionistas.
- O plano de ação da microbacia, elaborado com intensa participação dos agricultores, estabelece uma agenda de compromissos com a produção ambientalmente sustentável.
- O indicador de desembolso vinculado à meta registrou 208%, em face da formulação dos planos no período que antecedeu a assinatura do contrato. E o produto do Modelo Lógico foi revisado para 50 planos em 2014; 100 em 2015 e 50 para 2016 e 2017.

2.2 GESTÃO AMBIENTAL E DE RISCOS E DESASTRES - SETOR 2

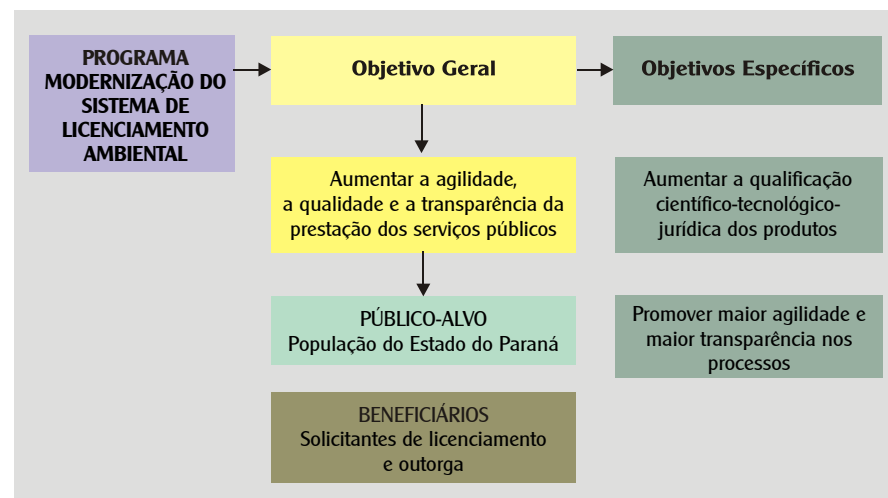
O setor Gestão Ambiental e de Riscos e Desastres atuará em duas frentes: na modernização dos processos de licenciamento e fiscalização ambiental e na reestruturação do sistema gestão, prevenção e resposta a riscos e desastres. O objetivo central é fortalecer a capacidade do Estado de atender às demandas dessa área. O setor organiza sua ação nos programas: Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental, com ênfase na eficiência das práticas de licenciamento ambiental, e Fortalecimento da Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos, visando melhorar a prevenção, resposta e recuperação frente aos desastres (tabela 2, diagramas 3 e 4).

TABELA 2 - RECURSOS PROGRAMADOS E RECURSOS EXECUTADOS DO SETOR 2 - GESTÃO AMBIENTAL E DE RISCOS E DESASTRES - PROJETO MULTISSETORIAL DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ - AGOSTO 2014

NÚMERO E NOME DA INICIATIVA ORÇAMENTÁRIA	INVESTIMENTO (R\$)				EXECUÇÃO (%) (B+C)/A
	Previsto Total (A)	Executado no Período (12/12/2012 a 11/12/2013) (B)	Executado no Período (12/12/2013 a jun./2014) (C)	Saldo Previsto Total A-(B+C)	
3045/3035/3046 – Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental	17.180.000	3.994.681	375.530	12.809.789	25,44
3044/3043/3036/3008 – Fortalecimento da Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos	27.755.000	5.313.520	895.930	21.545.550	22,37
TOTAL	44.935.000	9.308.201	1.271.460	34.355.339	23,54

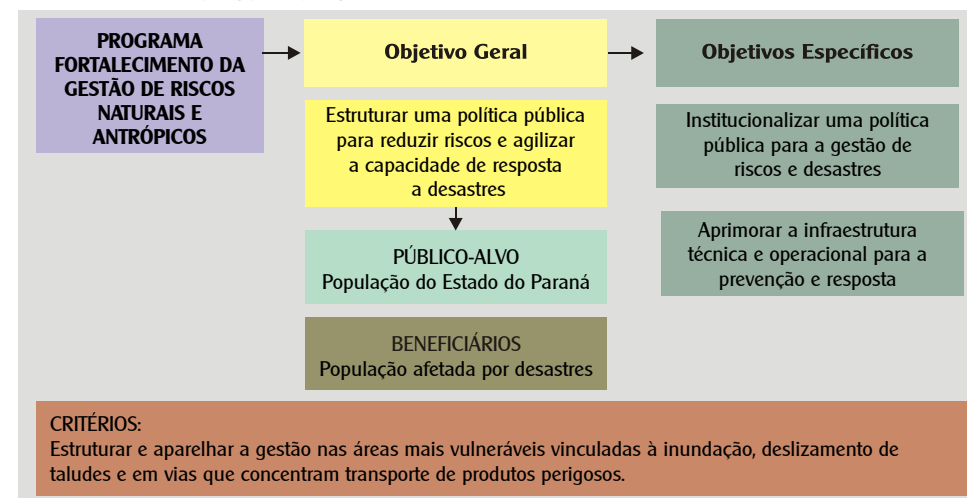
FONTES: SEPL - Projeto Multissetorial de Desenvolvimento do Paraná - Contrato de Empréstimo nº 8.201/BR; SEFA-SIAF

DIAGRAMA 3 - REFERÊNCIAS BÁSICAS DO PROGRAMA MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL



FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

DIAGRAMA 4 - REFERÊNCIAS BÁSICAS DO PROGRAMA FORTALECIMENTO DA GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS



FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

ACOMPANHAMENTO DOS INDICADORES

Com a construção do Modelo Lógico, foram definidos cinco indicadores de produto para o programa Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental visando à melhoria da tramitação dos processos de licenciamento e outorga. Em relação ao Programa Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos, foram formulados nove indicadores de produto objetivando aumentar a capacidade de prevenção, resposta e recuperação frente aos desastres (quadro 4).

QUADRO 4 - INDICADORES DE PRODUTO DOS PROGRAMAS MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS - MODELO LÓGICO - SETOR 2, GESTÃO AMBIENTAL E DE RISCOS E DESASTRES - 2014

PRODUTO	PROGRAMA DE GASTOS ELEGÍVEIS 3 - MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL						
	Unidade de Medida	Realizado		Metas Anuais	Total Realizado	Indicador de Desempenho	
		Até 12/12/2013	De 01/2014 a 06/2014	2014		Indicador	%
1 Sistema de Informações integrado	Texto	NA	NA	NA	NA	Sistema implantado	NA
1 Sistema de transmissão, recepção e armazenamento de dados operando - 6 estações de monitoramento do ar instaladas e operando (nas cidades de Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu e Paranaguá)	Texto	NA	NA	NA	NA	Taxa de estruturação da rede de monitoramento do ar	NA
60 estações plúvio-fluviométricas telemétricas instaladas, operando e com manutenção	Número	60	NA	NA	60	Taxa de instalação das estações pluviométricas	⁽¹⁾ 100,00
5 Regiões do Estado com Balcões Únicos de atendimento instalado e em funcionamento; compilação da Legislação Ambiental	Número	NA	NA	NA	NA	Taxa de acesso ao sistema SEMA	NA
22 Municípios com descentralização compartilhada de Licenciamento e Fiscalização	Número	NA	NA	NA	NA	Taxa de descentralização de licenciamento e fiscalização	NA
PRODUTO	PROGRAMA DE GASTOS ELEGÍVEIS 4 - GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS						
	Unidade de Medida	Realizado		Metas Anuais	Total Realizado	Indicador de Desempenho	
		Até 12/12/2013	De 01/2014 a 06/2014	2014		Indicador	%
Institucionalização do conselho estadual para a gestão de riscos e desastres ambientais	Texto	Criação do conselho	NA	Criação do Conselho	Criação do Conselho	Institucionalização do Conselho	100,00
Instrumento legal que institui a Política Estadual	Texto	NA	NA	NA	NA	Instrumento legal formalizado	NA
1 Estudo técnico com cenários ambientais Paraná 2030 e 1 plano de gestão de riscos hidrometeorológicos em áreas metropolitanas	Texto	NA	NA	NA	NA	Taxa de instrumentos técnico-operacionais concluídos e/ou realizados	NA
Sist. Autônomo de Prev. Hidrológica; Sist. de Processamento, Integração e Informações; Sist. de Prev. e Estimativa de Chuva; Sist. de Mapeamento da Cobertura e Uso do Solo e Monitoramento Ambiental	Texto	NA	NA	NA	NA	Taxa de sistemas para monitoramento e gestão	NA
Mapa do Estado com identificação dos riscos de desastres	Percentual	0,00	3,18	5,00	3,18	Taxa de mapeamento de risco de desastres	63,60
Sala de Monitoramento e Alerta de Desastres em funcionamento	Texto	NA	NA	NA	NA	Sala de Monitoramento e Alerta de Desastres em operação	NA
5 Salas fixas e 5 salas móveis de Gerenciamento de Desastres Regionais; 1 sala fixa e 1 sala móvel de Gerenciamento de Desastres Central na Coordenadoria da Defesa Civil	Número	NA	NA	NA	NA	Taxa de instalação de estrutura física	NA
Realização de cursos para representantes de 15 regionais da defesa civil	Número	NA	NA	NA	NA	Taxa de capacitação	NA
Plataforma VANT (Veículo Aéreo Não Tripulado) em operação para a coleta de dados em áreas de difícil acesso	Texto	NA	NA	NA	NA	Plataforma VANT em funcionamento	NA

FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

NOTA: Sinal convencional utilizado:

NA - Não se aplica.

(1) Refere-se a 100% da meta global.

O indicador de desenvolvimento do setor Gestão Ambiental e de Riscos e Desastres corresponde ao percentual da área do Estado com riscos identificados. No caso dos indicadores intermediários, constam três indicadores dos respectivos programas, e no tocante ao indicador de desembolso, constam dois indicadores (quadro 5).

QUADRO 5 - INDICADORES DE MONITORAMENTO DOS PROGRAMAS MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS - SETOR 2, GESTÃO AMBIENTAL E DE RISCOS E DESASTRES - 2014

INDICADOR DE MONITORAMENTO	UNIDADE DE MEDIDA	META PARA DESEMBOLSO PROGRAMADO 08/2014	META ALCANÇADA NO PERÍODO		PROTOCOLO PARA VERIFICAÇÃO/FONTE DE INFORMAÇÃO
		Abs.	Abs.	%	
Uma melhor identificação dos Riscos e Desastres	Percentual	5,00	3,18	63,60	O trabalho envolve vários passos e vários níveis de detalhamento. O primeiro estudo identifica perigo, em seguida vulnerabilidades, e posteriormente a avaliação de risco. Estudos hidrogeológicos detalhados são conduzidos para as áreas de risco identificadas.
Fortalecimento do Monitoramento e Gestão de Riscos e Desastres e Sistema de Alerta Hidrometeorológico	Texto	Editais de aquisições de equipamentos aprovados pelo Banco	0	0	Aquisição e instalação dos equipamentos para Monitoramento de Riscos e Desastres e Sistema de Alerta, estabelecimento de uma Central de Gestão de Desastres.
Número médio de dias para a entrega de licenças de direito de uso da água e ambientais para o agronegócio na região de Toledo	Número	180	0	0	O tempo médio refere-se ao tempo passado nas Agências Estaduais a partir do dia em que a licença foi solicitada até o dia de emissão da licença, excluindo os atrasos causados pelo requerente (avaliação ambiental, estudos, planos de ação, etc.).
Número de municípios que celebraram convênio para a descentralização do Licenciamento e da Fiscalização Ambiental	Número	NA	NA	NA	Número de municípios com sistema de licenciamento ambiental e sistema de monitoramento descentralizados (convênios assinados).
Número de regiões do Estado com balcões únicos instalados para o acesso a serviços de licenciamento ambiental	Número	NA	NA	NA	Demonstrativo e relatórios do Mutuário com a fotografia do balcão(loja) e relatório com o número de todos os processos registrados em cada balcão. Se o novo Sistema de tecnologia da informação estiver instalado em um ou mais balcões, fornecimento de cópias de relatórios gerados pelo sistema e amostra de protocolo.
Estabelecimento da Política Estadual de Gestão de Riscos e Desastres	Texto	Publicação de Decreto Estadual estabelecendo um grupo de trabalho de gerenciamento de riscos de desastres	Publicação do Decreto 9.557/2013	100,00	Estrutura da Política: relatório descrevendo a estrutura da política, atores participantes e acordos estabelecidos para tornar a política operacional; Plano do DRM do Estado: relatório definindo as ações específicas para a implementação da estrutura da Política; Lei: cópia do documento.

FONTE: SEPL/CDG/UGP - Projeto Multissetorial de Desenvolvimento do Paraná

NOTA: Sinal convencional utilizado:

NA - Não se aplica.

■ Indicador de Desenvolvimento Setorial

■ Indicador de Resultado Intermediário

■ Indicadores de Desembolso

CONTEXTO

PROGRAMA MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

- A meta referente aos Balcões Únicos de Atendimento (indicador de produto Modelo Lógico) foi adequada considerando-se o estabelecido no acordo de empréstimo.
- A meta de Compilação da Legislação Ambiental, prevista para o quarto ano do programa, será objeto de análise na avaliação de meio termo, tendo em vista dificuldades operacionais no seu cumprimento.
- Acordou-se que na avaliação de meio termo será equacionada a divergência entre o indicador de resultados e intermediário “Número médio de dias para entrega de licenças de direito ao uso da água e ambientais para o agronegócio na região de Toledo”, e o indicador de resultado intermediário do Modelo Lógico “Redução do número médio de dias para a entrega de outorga prévia do direito de uso da água e licença prévia ambiental”.
- Foram adquiridos equipamentos para a composição das estações automáticas de mensuração da qualidade da água que fará interface com as estações pluvio-fluviométricas.
- Os procedimentos para a descentralização compartilhada foram formalizados pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEMA); 12 municípios foram considerados habilitados para assumir essa prestação de serviços e aguardam a formalização por meio de convênios.

PROGRAMA FORTALECIMENTO DA GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS

- Entre a elaboração do desenho do programa e o início de sua execução foi instituída a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC). Esta dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil (CONPDEC), e autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres, Lei n.º 12.608, de 10 de abril de 2012.
- Outro importante instrumento é o plano integrado entre governos, setor privado e representações da sociedade civil organizada, consolidado no Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos (P2R2).
- No âmbito do Ministério da Integração Nacional está a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil <http://www.integracao.gov.br/pt/home>
- Tendo em vista que as metas desse programa estão previstas para o segundo ano em diante do projeto, importa destacar as etapas mais relevantes para o atingimento das metas.
- O arcabouço legal começou a ser concretizado com a criação do Conselho Estadual, por meio da publicação do Decreto-Lei 9.557/2013, devendo agora ser desenhada a Política Estadual correspondente.
- Para a institucionalização da política estadual, está em processo de elaboração a minuta da Lei. Meta prevista para fevereiro de 2015.
- Para a contratação do estudo e planos, os Termos de Referência estão em elaboração.

- Em 2013 foram adquiridas estações hidrometeorológicas e foi instalado o radar meteorológico em Cascavel. Com os radares previstos para o Litoral e a RMC, em processo de licitação, parte expressiva dos equipamentos terá sido adquirida.
- Foram mapeados os riscos da área do Litoral que perfaz 6.337,96 km², correspondendo a 3,18% da área do Estado. A meta é inferior à linha de base, pois esta foi superestimada no momento da preparação do projeto em 2012.
- Quanto à cartografia dos mapas das regiões Litoral e RMC, a base de conhecimento depende dos mapeamentos de riscos, cuja licitação para a fase inicial está em andamento. A identificação dos riscos será desenvolvida em várias escalas, em função das concentrações populacionais e das características do meio físico, especialmente no tocante aos eventos geológicos e hidrológicos. Nessa etapa de execução, está sendo priorizada a elaboração dos mapas da RMC e Litoral.
- Veículos Aéreos Não Tripulados (VANT) - encontra-se em discussão e processo de regulação pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). Seu uso é autorizado tão-somente em caráter experimental e envolve, por exemplo, seguro contra terceiros e direito à privacidade.
- Módulos do Sistema de Informação estão sendo desenvolvidos pelos executores e CELEPAR. Quanto à integração das bases de dados está em elaboração um Termo de Referência para contratar a solução tecnológica.
- Para o cumprimento da meta de desembolso considerou-se o Decreto-Lei 9.557/2013 www.legislação.pr.gov.br/legislação que institui o Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil (SEPDEC) e o Centro de Estudos e Pesquisas sobre Desastres (CEPD). O SEPDEC, sob a coordenação da Casa Militar da Governadoria, é constituído por órgãos e entidades da administração pública e da sociedade civil organizada. Tem por finalidade contribuir no processo de planejamento, articulação, coordenação e execução dos programas, projetos e ações para a redução de riscos e desastres. Como instância organizativa do SEPDEC criou-se o órgão colegiado Conselho Estadual de Proteção e Defesa Civil (CEPRODEC), que tem a competência de formular, normatizar, executar e monitorar a política de gestão de riscos.

2.3 EDUCAÇÃO - SETOR 3

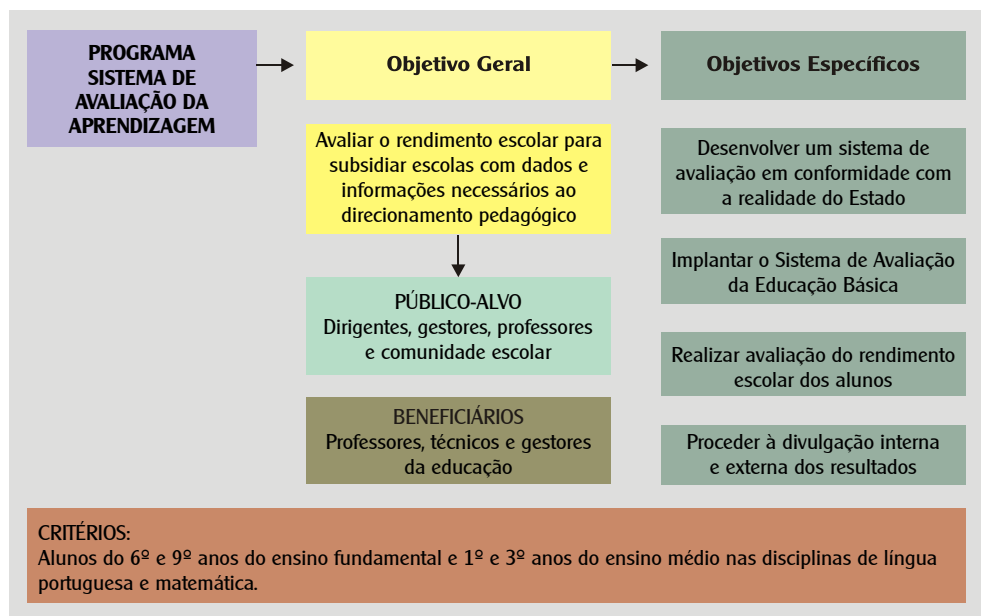
Com a educação assumida como bem público, cabe ao Estado assegurar a equidade no acesso à escola e garantir a permanência e a aprendizagem dos alunos. Os três programas do setor Educação contribuem para o cumprimento desse compromisso. O programa Sistema de Avaliação da Aprendizagem enfrenta o problema da “insuficiência de informações necessárias para o direcionamento pedagógico sobre o desempenho dos alunos”. O programa Formação em Ação visa à atualização e formação dos profissionais de educação. O programa Renova Escola objetiva a melhoria do ambiente escolar com a manutenção e conservação dos prédios escolares e a disponibilização de equipamentos e mobiliários (tabela 3 e diagramas 5, 6 e 7).

TABELA 3 - RECURSOS PROGRAMADOS E RECURSOS EXECUTADOS DO SETOR 3, EDUCAÇÃO - PROJETO MULTISSETORIAL DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ - AGOSTO 2014

NÚMERO E NOME DA INICIATIVA ORÇAMENTÁRIA	INVESTIMENTO (R\$)				EXECUÇÃO (%) (B+C)/A
	Previsto Total (A)	Executado no Período (12/12/2012 a 11/12/2013) (B)	Executado no Período (12/12/2013 a jun./2014) (C)	Saldo Previsto Total A-(B+C)	
3017: Programa Formação em Ação	95.990.670	11.045.067	9.871.415	75.074.188	21,79
4094: Renova Escola	261.652.550	70.278.891	35.328.780	156.044.879	40,36
3018: Sistema de Avaliação da Aprendizagem	15.422.800	5.712.927	2.429.228	7.280.645	52,79
TOTAL	373.060.020	87.036.885	47.629.423	238.393.712	36,10

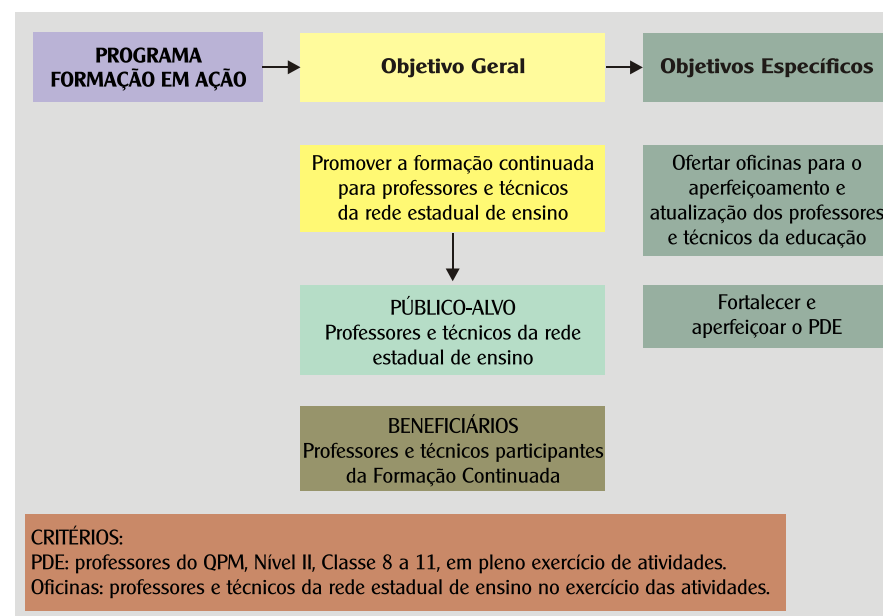
FONTE: SEPL - Projeto Multissetorial de Desenvolvimento do Paraná - Contrato de Empréstimo nº 8.201/BR; SEFA-SIAF

DIAGRAMA 5 - REFERÊNCIAS BÁSICAS DO PROGRAMA SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM



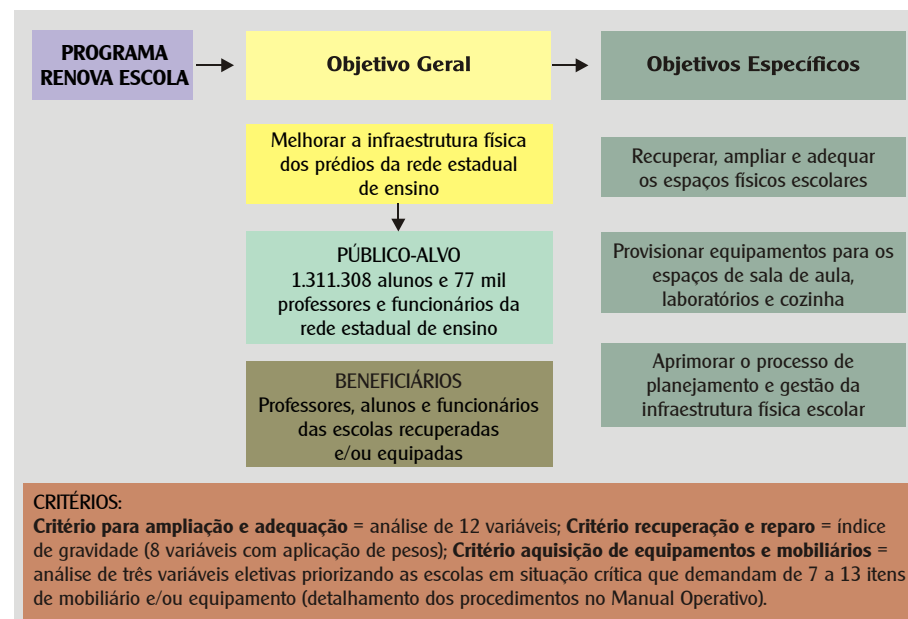
FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

DIAGRAMA 6 - REFERÊNCIAS BÁSICAS DO PROGRAMA FORMAÇÃO EM AÇÃO



FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

DIAGRAMA 7 - REFERÊNCIAS BÁSICAS DO PROGRAMA RENOVA ESCOLA



FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

ACOMPANHAMENTO DOS INDICADORES

Nos modelos lógicos construídos para os três programas do setor Educação, foram definidos cinco indicadores de produto para o programa Sistema de Avaliação de Aprendizagem, que pretende subsidiar o direcionamento pedagógico da escola. Cinco indicadores de produto para o programa Formação em Ação, com vistas à promoção do aperfeiçoamento profissional de professores e técnicos da educação. E para o programa Renova Escola, três indicadores de produto direcionados à melhoria das condições de infraestrutura física das escolas (quadro 6).

No quadro 7 consta um indicador de desenvolvimento relativo ao setor Educação, três indicadores intermediários e três indicadores de desembolso relativos aos programas.

QUADRO 6 - INDICADORES DE PRODUTO DOS PROGRAMAS SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM, FORMAÇÃO EM AÇÃO E RENOVA ESCOLA - MODELO LÓGICO - SETOR 3, EDUCAÇÃO - 2014

PRODUTO	PROGRAMA DE GASTOS ELEGÍVEIS 5 - SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM						
	Unidade de Medida	Realizado		Metas Anuais	Total Realizado	Indicador de Desempenho	
		Até 12/12/2013	De 01/2014 a 06/2014	2014		Indicador	%
Núcleo Estadual de Avaliação em funcionamento	Texto	Coordenação composta de 3 pessoas	Coordenação composta de 7 pessoas	Instalação do núcleo: 4 pessoas designadas para constituiu o núcleo	Coordenação composta de 7 pessoas	Implantação do núcleo	100,00
Sistema de Avaliação da Educação Básica operando	Número	1	...	1	1	1 sistema	100,00
Matrizes de referência elaboradas nas duas disciplinas para a avaliação	Número	2	NA	2	2	2 Matrizes	100,00
Avaliação anual de 500 mil alunos das escolas da rede pública estadual nas disciplinas de língua portuguesa e matemática	Número	683.041	...	500.000	683.041	Taxa de alunos avaliados	...
Resultado das oito avaliações publicado e divulgado	Número	Divulgação de resultados de 4 avaliações	Divulgação de resultado de 2 avaliações e elaboração de 10 revistas para divulgação dos resultados	NA	Divulgação de resultados de 2 avaliações	Taxa de resultado publicado e divulgado	NA
PRODUTO	PROGRAMA DE GASTOS ELEGÍVEIS 6 - FORMAÇÃO EM AÇÃO						
	Unidade de Medida	Realizado		Metas Anuais	Total Realizado	Indicador de Desempenho	
		Até 12/12/2013	De 01/2014 a 06/2014	2014		Indicador	%
5.300 oficinas anuais realizadas em 32 NRE sobre conteúdos das 14 disciplinas curriculares e outros temas para 72.398 professores e 23.694 técnicos	Número	13.393	2.600	5.300	2.600	Taxa de realização de oficinas	49,06
	Número	138.898	72.777	57.918	72.777	Taxa de participação dos professores em oficinas de capacitação	125,66
	Número	55.946	27.158	18.955	27.158	Taxa de participação dos técnicos em oficinas de capacitação	143,28
2.000 vagas anuais ofertadas para o aperfeiçoamento técnico-pedagógico (8.000 professores) para uma formação continuada de 2 anos em articulação com as universidades públicas do Estado - PDE	Número	4.000	2.000	2.000	2.000	Taxa de vagas ofertadas no PDE	100
7.390 professores formados através do Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE)	Número	4.183	...	1.730	...	Taxa de conclusão	...
1.000 escolas por ano contempladas com propostas didático-pedagógicas do PDE	Número	2.080	1.056	1.000	1.056	Taxa de escolas com propostas pedagógicas do PDE aplicadas	105,60
7.390 artigos científicos publicados e 6.920 materiais didático-pedagógicos produzidos	Número	4.092	...	2.200	4.092	Taxa de publicação de artigos	...
	Número	3.701	...	1.730	3.701	Taxa de produção de materiais	...
PRODUTO	PROGRAMA DE GASTOS ELEGÍVEIS 7 - RENOVA ESCOLA						
	Unidade de Medida	Realizado		Metas Anuais	Total Realizado	Indicador de Desempenho	
		Até 12/12/2013	De 01/2014 a 06/2014	2014		Indicador	%
Desenvolvimento e aplicação de critérios para a elegibilidade e priorização dos estabelecimentos de ensino	Número	1	1	1	1	Documento Técnico com o resultado da aplicação dos critérios	100,00
Escolas da rede estadual ampliadas	Número	71	52	85	123	Taxa de escolas reformadas e/ou ampliadas	144,71
Equipamentos e mobiliários adquiridos	Número	381		300	381	Taxa de escolas equipadas e mobiliadas	127,00

FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

NOTA: Sinal convencional utilizado:

0 - Não foi atingida a unidade adotada.

NA - Não se aplica.

... - Dado não disponível.

QUADRO 7 - INDICADORES DE MONITORAMENTO DOS PROGRAMAS SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM, FORMAÇÃO EM AÇÃO E RENOVA ESCOLA- SETOR 3, EDUCAÇÃO - 2014

INDICADOR DE MONITORAMENTO	UNIDADE DE MEDIDA	META PARA DESEMBOLSO PROGRAMADO 08/2014	META ALCANÇADA NO PERÍODO		PROTOCOLO PARA VERIFICAÇÃO/FONTE DE INFORMAÇÃO
Taxa de sobrevivência das séries finais do ensino fundamental	Percentual	78,80	NA	NA	Relatório da equipe executora do Programa elaborado a partir dos dados do Sistema Estadual de Registro Escolar (SERE) e dados do Censo Escolar.
Número de professores formados através do Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE)	Número	2.300	...	...	Relatório de M&A do Projeto e lista de professores formados através dos cursos oferecidos pela PDE.
Fortalecimento da capacidade da SEED no monitoramento e avaliação de programas de formação continuada de professores	Texto	Contratação de assistência técnica para desenvolver um sistema de monitoramento do Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE)	Termo de Referência em Elaboração	p	Relatório de M&A do Projeto.
Melhoria da gestão de infraestrutura física das escolas da SEED/SUDE	Texto	Consultoria contratada para o desenvolvimento do Sistema de gestão de infraestrutura física das escolas	0	0	Cópia do contrato da consultoria. Relatórios de: concepção do Sistema, implantação do Sistema de forma piloto na sede da SEED e NR de Curitiba e implantação do Sistema na sede da SEED e em todos os NR.
Percentual de professores participando de oficinas para a troca de experiências	Percentual	80,00	92,84	116,05	Para os desembolsos ocorridos em fevereiro: verificação da participação do professor nas oficinas realizadas entre julho e dezembro (a porcentagem do número total de professores contratados em julho de acordo com a folha de pagamento e com as listas de participação no treinamento). Para os desembolsos ocorridos em agosto: verificação da participação do professor nas oficinas realizadas entre janeiro e junho (a porcentagem do número total de professores contratados em janeiro de acordo com a folha e pagamento e com as listas de participação de treinamento)
Número de escolas da Rede Pública Estadual reformadas e/ou ampliadas	Número	85	123	144,71	Avaliação: relatório da SEED incluindo o número de escolas, alunos, resultados da avaliação, etc. Publicação e disseminação: relatório e publicação.
Sistema de Avaliação de Ensino e Aprendizagem instalado e operando	Texto	Avaliação-Piloto realizada	Avaliação-Piloto realizada	100,00%	Avaliação: relatório da SEED incluindo o número de escolas, alunos, resultados da avaliação, etc. Publicação e disseminação: relatório e publicação.

FONTE: SEPL/CDG/UGP - Projeto Multissetorial de Desenvolvimento do Paraná

NOTA: Sinal convencional utilizado:

NA - Não se aplica.

p - Dado preliminar.

... - Dado não disponível.

■ Indicador de Desenvolvimento Setorial

■ Indicador de Resultado Intermediário

■ Indicadores de Desembolso

CONTEXTO

PROGRAMA SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

- O núcleo estadual de avaliação foi constituído em 2012 como uma Coordenação de Planejamento e Avaliação, no âmbito da Diretoria de Políticas e Programas Educacionais.
- O Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná (SAEP) foi concebido e implantado em 2012, com o objetivo de produzir informações para monitorar a qualidade do ensino e da aprendizagem.
- Para estruturar e operacionalizar o sistema foi contratada a assessoria técnica especializada da Fundação da Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, em virtude de sua reconhecida experiência em avaliações de desempenho da aprendizagem.
- No período 2012-2013 foram realizadas três avaliações censitárias com a aplicação de testes nas disciplinas de português e matemática, sendo a primeira em novembro de 2012 (9º ano do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio) e a segunda em abril de 2013 (6º ano do ensino fundamental e 1º ano do ensino médio), totalizando 683.041 alunos avaliados. A terceira deverá avaliar o 9º ano do ensino fundamental e o 3º ano do ensino médio.
- Para a mensuração dos resultados das avaliações do SAEP, estabeleceu-se como medida de desempenho dos conhecimentos avaliados a Proficiência que varia de 0 a 500, sendo esta agrupada em quatro padrões de desempenho: Língua Portuguesa, até 200 = Abaixo do básico; 200 a 275 = Básico; 275 a 325 = Adequado; e acima de 325 = Avançado. Em Matemática os parâmetros são: até 225 = Abaixo do básico; 225 a 300 = Básico; 300 a 350 = Adequado; acima de 350 = Avançado.
- Os padrões de desempenho possibilitam a interpretação pedagógica dos conhecimentos dos alunos e a análise da distância de aprendizagem entre os alunos do mais baixo ao mais elevado desempenho.
- Os resultados de participação e de proficiência dos alunos são disponibilizados para os estabelecimentos de ensino, no endereço eletrônico www.educacao.pr.gov.br/saep2012, por meio de *login* e senha. Neste acesso, a direção da escola obtém os resultados do desempenho de sua escola.
- A análise dos resultados das avaliações subsidiou a formulação e implementação do Plano de Ação Descentralizada (PAD), para 448 escolas com o objetivo de definir e executar ações prioritárias com vistas à melhoria do desempenho dos alunos.
- A estrutura e funcionamento do sistema com as matrizes de referências das disciplinas e demais especificações constam nos endereços <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/saep/index.html> e <http://www.saep.caeduff.net/>
- Para a divulgação dos resultados foram produzidas e publicadas a Revista do Gestor e as Revistas Pedagógicas por disciplina e série, disponíveis no endereço www.educacao.pr.gov.br/saep2012. Nessas publicações são apresentados os fundamentos, a metodologia e os resultados da avaliação, bem como uma reflexão sobre as práticas de gestão e o trabalho pedagógico, tendo o componente avaliação como estratégico para a melhoria da qualidade do ensino.

PROGRAMA FORMAÇÃO EM AÇÃO

- As oficinas de formação continuada para professores e técnicos são descentralizadas em 190 polos, com carga horária de 8 horas. Estão previstas 2 horas para o debate de temas específicos, visando promover a reflexão metodológica e o uso de ferramentas de ensino aprendizagem para o universo dos professores e especialistas em educação.
- Para subsidiar o trabalho de realização das oficinas de 2013 foram produzidos textos e roteiros voltados às 13 disciplinas do currículo da educação básica, disponibilizados no endereço eletrônico www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1310
- Os temas das oficinas Formação em Ação do primeiro semestre de 2014 foram os aspectos legais e sociais fundamentais para o processo escolar, com base nas Diretrizes Curriculares e nos Cadernos de Expectativas de Aprendizagem.
- Foram definidos quatro desafios temáticos para a formação no primeiro semestre de 2014: 1) Educação Ambiental; 2) Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Indígena; 3) Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; 4) Educação para o Envelhecimento Digno e Saudável. Os documentos orientadores sobre estes conteúdos estão disponíveis no endereço eletrônico www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1311.
- No primeiro semestre de 2014 a taxa de inscrição nas vagas ofertadas foi de 63%. Do total de inscritos, 83% participaram das oficinas nas escolas dos 32 Núcleos Regionais da Educação, e 91% dos participantes concluíram integralmente as atividades de formação.
- A meta de participação dos professores foi superada em 12,84%, em decorrência da estratégia de execução das atividades de formação, com a oferta de vagas significativamente superior ao total de professores em atividade.
- O PDE é executado pela SEED em parceria com a Secretaria de Ciência e Tecnologia, por meio das Instituições de Ensino Superior Estaduais. Esse programa seleciona 2.000 professores anualmente, que afastados das funções docentes realizam cursos e atividades de pesquisa e atualização pedagógica nas modalidades: presencial e a distância. A formação do PDE está organizada em três eixos: 1) atividades para promover a integração entre a teoria e a prática; 2) atividades de aprofundamento teórico; 3) atividades didático-pedagógicas com utilização de suporte tecnológico.
- A oferta de vagas do PDE é proporcional para os professores das disciplinas da grade curricular e das áreas de gestão escolar, pedagogia, educação especial, educação profissional e formação de docentes.
- Na seleção de 2014, foram 8.702 inscritos, o que resulta em média 4,3 professores por vaga.

PROGRAMA RENOVA ESCOLA

- A execução do Plano de Adequação e Recuperação dos Prédios Escolares e Distribuição de Mobiliários e Equipamentos Escolares, para atender à necessidade permanente de manutenção e melhoria dos espaços escolares, resultou na superação das metas previstas para o período. O plano foi iniciado em 2012.
- O indicador relativo às reformas e ampliações das escolas foi superado em 44,%, com a entrega de 123 escolas em melhores condições de uso.
- Dezenove escolas foram ampliadas ou adequadas beneficiando 10.827 alunos de 12 Núcleos Regionais de Educação.
- Em 104 escolas as obras de recuperação e reparos foram executadas por meio da descentralização de recursos para a escola via fundo rotativo. Essa estratégia permite agilizar os procedimentos de execução com maior participação e compromisso da comunidade com a gestão escolar e, também, possibilita incremento na economia local.
- Os ambientes escolares melhorados trouxeram benefício a 72.305 alunos do ensino fundamental de 21 Núcleos Regionais de Educação.
- A inexistência de um mecanismo para obter informações em tempo real sobre a execução das obras dificulta o controle. A unidade central depende das equipes técnicas dos núcleos regionais de educação para informar sobre o andamento da obra.
- Para minimizar as dificuldades técnicas operacionais e de controle, e garantir a eficácia na estratégia de descentralização de recursos, a SEED contratou um número maior de engenheiros.
- As obras de ampliação ou adequação, e recuperação e reparos foram realizadas com a aplicação e análise dos critérios técnicos de priorização definidos previamente, exceto as executadas como emergenciais.
- A média de recursos gastos por estabelecimento para obras de ampliação/adequação foi de R\$ 114.000,00, e de recuperação e reparos foi de R\$ 129.000,00.
- Os 381 estabelecimentos atendidos com equipamentos e mobiliários, de acordo com os critérios de priorização, foram classificados em situação crítica e receberam mais de 07 itens nas quantidades demandadas.
- Os 13 itens adquiridos foram: forno, fogão industrial, mesa para biblioteca, arquivo de aço, estante de dupla face, cadeiras para biblioteca, estante em aço, tampo e assento para carteira, banquetas de laboratório, carteira especial, mesa para refeitório e mesa para reunião. Do total de itens, 251 escolas receberam 7 e 8 itens; 107 escolas receberam de 09 a 10; e 22 escolas acima de 10 itens.

2.4 SAÚDE - SETOR 4

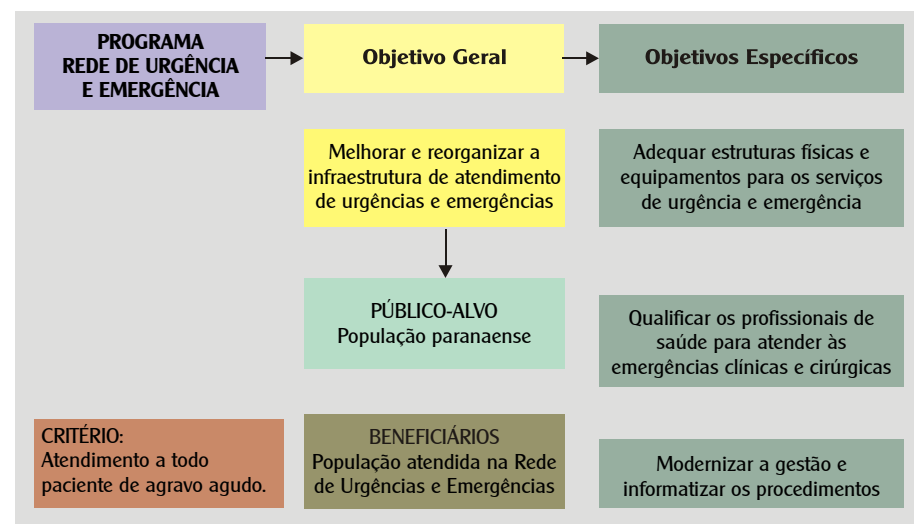
No contexto do projeto Multissetorial de Desenvolvimento do Paraná, as ações do setor Saúde estão voltadas à redução da mortalidade materna e infantil, enfatizando-se a prestação de cuidados primários e especializados de qualidade para mulheres grávidas e crianças até um ano de vida (Rede Mãe Paranaense), bem como a mortalidade por causas externas (Rede de Urgência e Emergência) – tabela 4, diagramas 8 e 9.

TABELA 4 - RECURSOS PROGRAMADOS E RECURSOS EXECUTADOS DO SETOR 4, SAÚDE - PROJETO MULTISSETORIAL DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ - AGOSTO 2014

NÚMERO E NOME DA INICIATIVA ORÇAMENTÁRIA	INVESTIMENTO (R\$)				EXECUÇÃO(%) (B+C)/A
	Previsto Total (A)	Executado no Período (12/12/2012 a 11/12/2013) (B)	Executado no Período (12/12/2013 a jun./2014) (C)	Saldo Previsto Total A-(B+C)	
4161 - Rede de Urgência e Emergência	357.209.420	100.581.706	76.477.997	180.149.717	49,57
4162 - Rede Mãe Paranaense	359.817.900	40.781.720	49.451.201	269.584.979	25,08
TOTAL	717.027.320	141.363.426	125.929.198	449.734.696	37,28

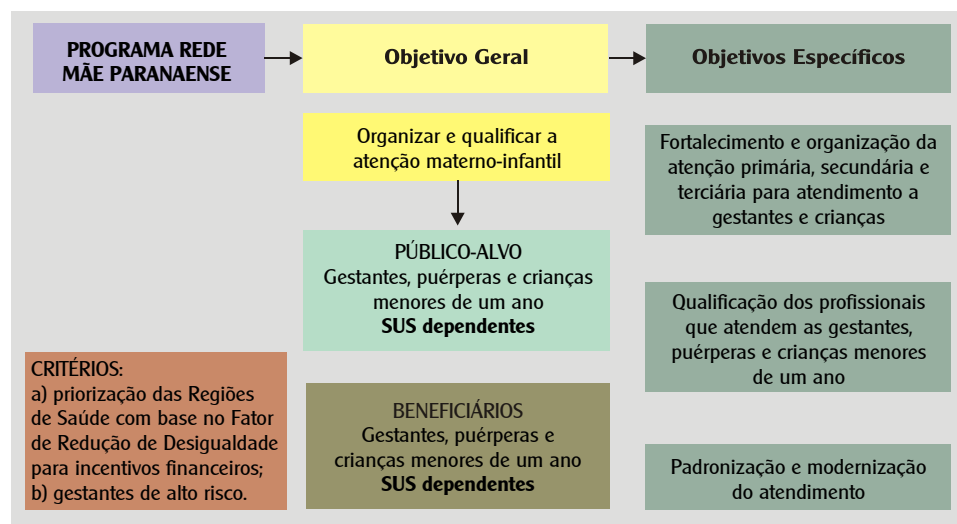
FONTES: SEPL- Projeto Multissetorial de Desenvolvimento do Paraná - Contrato de Empréstimo nº 8.201/BR; SEFA -SIAF

DIAGRAMA 8 - REFERÊNCIAS BÁSICAS DO PROGRAMA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA



FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

DIAGRAMA 9 - REFERÊNCIAS BÁSICAS DO PROGRAMA REDE MÃE PARANAENSE



FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

ACOMPANHAMENTO DOS INDICADORES

Com a construção do Modelo Lógico foram definidos sete indicadores de produto para o programa Rede de Urgência e Emergência, com vistas à ampliação e melhoria do atendimento aos pacientes. O Programa Rede Mãe Paranaense, com nove indicadores de produto, pretende garantir qualidade no funcionamento da rede (quadro 8).

No quadro 9 consta um indicador setorial, dois indicadores de desembolso e dois de resultado intermediário dos programas.

QUADRO 8 - INDICADORES DE PRODUTO DOS PROGRAMAS REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA E REDE MÃE PARANAENSE - MODELO LÓGICO - SETOR 4, SAÚDE - 2014

continua

PRODUTO	PROGRAMA DE GASTOS ELEGÍVEIS 8 - REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA						
	Unidade de Medida	Realizado		Metas Anuais	Total Realizado	Indicador de Desempenho	
		Até 12/12/2013	De 01/2014 a 06/2014	2014		Indicador	%
8 Helipontos, 1 helicóptero e 80 ambulâncias disponibilizadas + 20 ambulâncias equipadas para o transporte intermunicipal	Número	1	0	0	1	Taxa de instalação de helipontos	12,50
	Número	202	0	0	202	Taxa de disponibilização de ambulâncias	202,00
Aumento de 29% do total de 1.208 leitos de UTI (350 leitos) (200 leitos adultos, 50 leitos pediátricos e 100 leitos neonatais), 180 leitos de urgência e emergência e 40 salas cirúrgicas equipadas. Equipamentos para o SADT (3 tomógrafos, 7 RX digitais)	Percentual	18,88	34,01	0	34,01	Taxa de leitos de UTI	117,28
	Número	0	0	0	0	Taxa de leitos de emergência	100,00
	Número	1	0	0	1	Taxa de salas cirúrgicas	2,50
Complexo regulador do SUS implantado com sistema operacional de regulação	Texto	1	4	1	4	Taxa de implantação do complexo regulador	100,00
Atualização de protocolo assistencial	Texto	24	0	0	24	Taxa de hospitais com protocolos assistenciais atualizados	120,00
Incentivo financeiro implantado em 12 SAMUs Regionais e 20 hospitais	Número	24	0	20	24	Taxa de implantação de incentivo a hospitais	120,00
	Número	9	0	7	9	Taxa de impl. de incentivo a SAMUs Regionais	128,57
2 mil alunos capacitados em cursos de 12 a 60 horas	Número	3.091	680	200	3.771	Taxa de realização de capacitação	1885,50
80% dos hospitais com dirigentes capacitados em curso de especialização e capacitação gerencial (20 hospitais)	Percentual	85,00	0	0	85,00	Taxa de capacitação de gestão dos hospitais	106,25
PRODUTO	PROGRAMA DE GASTOS ELEGÍVEIS 8 - REDE MÃE PARANAENSE						
	Unidade de Medida	Realizado		Metas Anuais	Total Realizado	Indicador de Desempenho	
		Até 12/12/2013	De 01/2014 a 06/2014	2014		Indicador	%
Aplicação do Fator de Redução das Desigualdades para hierarquização dos municípios	Texto	Relação dos 391 municípios hierarquizados por prioridade	O fator de red. das desigualdades tem sido usado para alocação dos recursos aos mun., conforme resolução SESA	Relação dos municípios hierarquizados por prioridade	Relação dos 391 municípios hierarquizados por prioridade	Municípios priorizados	100,00

QUADRO 8 - INDICADORES DE PRODUTO DOS PROGRAMAS REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA E REDE MÃE PARANAENSE - MODELO LÓGICO - SETOR 4, SAÚDE - 2014

conclusão

PRODUTO	PROGRAMA DE GASTOS ELEGEÍVEIS 8 - REDE MÃE PARANAENSE						
	Unidade de Medida	Realizado		Metas Anuais	Total Realizado	Indicador de Desempenho	
		Até 12/12/2013	De 01/2014 a 06/2014	2014		Indicador	%
180 UBS construídas, reformadas e/ou ampliadas	Número	253	207	0	460	Taxa de constr., reforma e/ou ampliação de UBS	255,56
180 UBS equipadas para atendimento (média de 60 por ano)	Número	79	67	0	146	Taxa de UBS equipadas	⁽¹⁾ 81,11
391 municípios com incentivo financeiro para o atendimento nas APS	Número	391	391	385	391	Taxa de mun. atendidos com incentivo financeiro	101,56
30.000 profissionais da Atenção Primária à Saúde melhor qualificados	Número	31.952	36.800	30.000	36.800	Taxa de qualificação profissional	122,67
126.520 gestantes com carteira nas UBS	Percentual	100,00	70	20	70,00	Taxa de gestantes com carteira nas UBS	350,00
126.520 crianças com carteira nas UBS	Percentual	100,00	57,5	20	57,50	Taxa de crianças com carteira nas UBS	287,50
126.520 gestantes com estratificação de risco na atenção primária	Percentual	74,40	65,8	20	65,80	Taxa de gestantes inscritas no SISPRENATAL com registro e classificação de risco	329,00
126.520 gestantes com atenção e referência hospitalar garantida nas intercorrências e no parto	Percentual	50,20	65,8	5	65,80	Taxa de referência hospitalar para o parto	1.316,00

FONTES: IPARDES, Modelo Lógico, 2012

NOTA: Sinal convencional utilizado:

0 - Não foi atingida a unidade adotada.

... - Dado não disponível.

(1) Refere-se a 81,11% da meta global.

QUADRO 9 - INDICADORES DE MONITORAMENTO DOS PROGRAMAS REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA E REDE MÃE PARANAENSE - SETOR 4, SAÚDE - 2014

INDICADOR DE MONITORAMENTO	UNIDADE DE MEDIDA	META PARA DESEMBOLSO PROGRAMADO 08/2014	META ALCANÇADA NO PERÍODO		PROTOCOLO PARA VERIFICAÇÃO/FONTE DE INFORMAÇÃO
		A	B	B/A (%)	
Redução da taxa de mortalidade materna (número de mortes por 100.000 nascidos vivos) ⁽¹⁾	Percentual	-14,00	-30,00 (p)	-214,29	Relatório da equipe executora do Programa elaborados a partir dos dados do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos e Sistema de Informações sobre Mortalidade Materna
Fortalecimento do Sistema de Monitoramento e Avaliação para as Redes de Saúde Materno-Infantil e de Urgência e Emergência	Texto	NA	NA	NA	Relatório M&A do Projeto.
Percentual de aumento do número de leitos de UTI habilitados no Estado do Paraná	Percentual	5,00	34,01	680,20	Relatório da M&A do Projeto-Sistema de Informação Hospitalar.
Percentual de gestantes com alto risco de complicações no parto, referenciadas a um hospital participante da Rede Mãe Paranaense por Unidades Básicas de Saúde	Percentual	5,50	94,60	1720,00	Relatório comparando os dados dos dois sistemas: Sistema de Informação de Pré-Natal (SIS-PRENATAL) e Sistema de Informação Hospitalar.
Proporção entre o número de nascidos vivos e o número de gestantes que passaram por mais de sete consultas de pré-natal	Percentual	80,00	80,00	100,00	Dados do sistema SIS-PRENATAL.

FONTE: SEPL/CDG/UGP - Projeto Multissetorial de Desenvolvimento do Paraná

NOTA: Sinal convencional utilizado:

NA - Não se aplica.

p - Dado preliminar.

(1) A meta estabelecida partiu do indicador de referência de 63,8 mortes maternas por 100 mil nascidos vivos em 2010, com o propósito de atingir a meta de 54,8 mortes maternas por 100 mil nascidos vivos em 2014.

■ Indicador de Desenvolvimento Setorial

■ Indicador de Resultado Intermediário

■ Indicadores de Desembolso

CONTEXTO

PROGRAMA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

- Os investimentos priorizados no período foram em infraestrutura, para viabilizar a reorganização da oferta do serviço com aumento no tempo de resposta, como a aquisição de helicóptero e ambulâncias.
- Essa estratégia possibilitou a implantação de atendimento e resgate aeromédico, com o aumento de um helicóptero com base em Londrina e Cascavel, vinculados ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU)/Sistema Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergências (SIATE), incluindo o transporte aéreo de pacientes críticos com aeronave qualificada.
- No que se refere às ambulâncias, em face da configuração da rede, com a inclusão da atenção primária de responsabilidade do município, foi necessário rever a meta para atender a integração municipal e aumentar o número de ambulâncias adquiridas de 40 para 202, sendo que 122 foram disponibilizadas para os municípios, 60 para o SIATE e 20 equipadas para que os hospitais possam realizar transporte intermunicipal.
- Os investimentos priorizados em infraestrutura física anteciparam o cumprimento integral da meta de ampliação dos leitos de UTI adulta e pediátrica, inicialmente prevista para o segundo ano do programa.
- O incremento do número total de leitos de UTI passou de 1.398 em 2013 para 1.576 em 2014.
- A aquisição das ambulâncias viabilizou também a implantação de nove SAMUs regionais: Litoral (Paranaguá); Metropolitano (Curitiba); Campos Gerais (Ponta Grossa); Guarapuava; Sudoeste (Pato Branco); Oeste (Cascavel); Foz do Iguaçu; Noroeste (Umuarama); Maringá; Norte (Londrina); Centro-norte (Apucarana); Norte Pioneiro (Cornélio Procopio). Esta ação resultou no aumento da cobertura de SAMU para 72,43% dos municípios e 80% da população total do Estado.
- Os protocolos atualizados são: traumas, cardiovascular e AVC, sendo que a estratégia de implantação ocorre por meio de cláusula de contrato no âmbito do Hospsus, e há a qualificação permanente das equipes assistenciais para a utilização adequada desses protocolos.
- A estruturação da rede por níveis de atenção e abrangência, com o estabelecimento de competência também para a atenção primária, a ampliação do atendimento móvel e as necessidades operacionais do sistema de regulação das urgências e emergências exigiram a intensificação das atividades de qualificação profissional, resultando na superação da meta de capacitação profissional.
- O curso de 20 horas em regulação médica em urgência e emergência, com o objetivo de padronizar e qualificar o atendimento, no período 2012/2014 teve 10 edições, com um total de 1.534 profissionais.

PROGRAMA REDE MÃE PARANAENSE

- Para a melhoria da estrutura dos serviços de Atenção Primária em Saúde, em 2014 foram repassados recursos para a construção, reforma, ampliação e atendimento de Unidades Básicas de Saúde (UBS), beneficiando 133 municípios por meio do repasse fundo a fundo, e 74 municípios por meio de convênios.
- Com o objetivo transferir recursos de forma mais equitativa, institucionalizou-se o fator de Redução das Desigualdades Regionais. Resolução SESA nº 237/2012, www.saude.pr.gov.br/legislação.
- O Incentivo Financeiro de Custeio para o fortalecimento da atenção primária foi implementado com a aplicação do Fator de Redução das Desigualdades Regionais, por meio da Resolução nº 276/2012, publicada no site www.saude.pr.gov.br/legislação no âmbito do Programa de Atenção Primária à Saúde (APSUS).
- Foi adotada como estratégia a qualificação profissional para a Atenção Primária, a Educação Permanente em ondas formativas, com a participação das regionais de saúde e a qualificação de 150 tutores, 1.500 facilitadores (375 em cada uma das quatro regiões estratégicas do Estado) e 28.000 profissionais das equipes de APS; e equipes gestoras dos 399 municípios e das 22 Regionais de Saúde do Estado.
- A carga horária das oficinas é de 16 horas e os principais temas tratados são: a) fundamentação teórica, desenho e operacionalização das RAS; b) organização dos sistemas de saúde; c) fundamento de base para a construção das RAS; d) componente da RAS; e) modelos de atenção das RAS; f) processo e modelagem da Rede de Atenção Mãe Paranaense no município.
- Para a qualificação da Rede Mãe Paranaense foi formatada uma oficina teórica e prática, com carga de 16 horas, e desenvolvido o material didático apresentando os instrumentos para o planejamento e operacionalização da rede com os temas: fundamentos estratégicos, competência da APS na Rede Mãe Paranaense e elaboração de plano de ação para a implementação da rede.
- A estimativa inicial de 72 mil gestantes foi revisada considerando a base variável do número de gestantes. Assim, para o cálculo da meta, o número de gestantes será informado anualmente pela SESA, conforme sua metodologia de cálculo a partir dos dados do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SISNAC). Para o período, o número de gestantes informado foi de 126.520.
- A linha guia é um dos principais instrumentos para a estruturação e consolidação da Rede. No primeiro semestre de 2014, foi publicada a terceira edição revisada. Disponível no endereço eletrônico: www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/MãeParanaense_2014_LinhaGuia_E.03_148x210mm.pdf



3

INDICADORES DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO FÍSICA DO COMPONENTE 2

Assistência Técnica para a Gestão Pública mais Eficiente e Eficaz

INDICADORES DE MONITORAMENTO DO COMPONENTE 2 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA A GESTÃO PÚBLICA MAIS EFICIENTE E EFICAZ

Para o Componente 2, os procedimentos de acompanhamento dos indicadores de execução física obedeceram uma lógica distinta, em razão da especificidade e da natureza das atividades desse componente, que contempla um conjunto de ações voltadas à modernização administrativa e apoio técnico e financeiro para o cumprimento de alguns objetivos relacionados aos programas do Componente 1. Constitui o setor 5 do projeto denominado Gestão do Setor Público.

Neste componente, as ações são 100% custeadas com recursos financeiros disponibilizados pelo Banco Mundial, no montante de US\$ 35 milhões, ficando esses recursos alocados na iniciativa orçamentária nº 3016 da Administração Geral do Estado (AGE), sob a supervisão da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Os gastos serão realizados de acordo com programação, acordada com o Banco Mundial, sendo os processos desencadeados pelas solicitações das unidades envolvidas na execução do projeto e efetivados pela SEPL.

A modalidade de desembolso prevista para o Componente 2 é de adiantamento à conta designada; ou seja, o Estado solicita ao Banco recursos financeiros para iniciar os processos de aquisição e contratação. Assim, esses procedimentos foram adotados após a assinatura do acordo de empréstimo.

Ressalte-se que as ações do setor 5 não foram objeto de aplicação da metodologia do Modelo Lógico, em virtude do conteúdo das atividades caracterizado pela transversalidade e apoio ao fortalecimento do planejamento, organização e gestão. As ações e os executores desse componente constam no quadro 10.

QUADRO 10 - COMPONENTE ASSISTÊNCIA TÉCNICA POR INICIATIVA ORÇAMENTÁRIA, AÇÕES E EXECUTORES - PROJETO MULTISSETORIAL DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ - 2014

COMPONENTE ASSISTÊNCIA TÉCNICA - SETOR 5 GESTÃO DO PODER PÚBLICO		
INICIATIVA PPA Nº	AÇÕES	EXECUTOR
3016 Administração Geral do Estado - AGE	Qualidade fiscal	SEPL, SEFA
	Modernização Institucional	SEPL, SEAP, IPARDES, CGE
	Gestão mais eficiente dos recursos humanos	SEPL e SEAP
	Apoio à agricultura de baixo impacto ambiental	SEPL e SEAB
	Apoio à modernização do licenciamento ambiental	SEPL, SEMA, IAP, AGUASPARANÁ, ITCG
	Apoio à gestão de riscos naturais e antrópicos	SEPL, SEMA, IAP, ÁGUASPARANÁ, ITCG, CASA MILITAR/DEFESA CIVIL
	Educação	SEPL e SEED
	Saúde	SEPL e SESA

FONTE: SEPL - Manual Operativo do Projeto

EXECUÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Para implementar as oito ações previstas, a Unidade de Gerenciamento do Projeto, na condição de responsável por esse componente, em cooperação com os diversos executores, no período pós-assinatura do contrato, concentrou esforços técnicos e institucionais no trabalho de elaboração dos Termos de Referência exigidos para a realização das ações programadas. No quadro 11 estão relacionados os termos de referência em tramitação, com valor estimado de R\$ 44.063.088,59, o qual corresponde ao programado para o exercício.

QUADRO 11 - COMPONENTE ASSISTÊNCIA TÉCNICA SEGUNDO TERMOS DE REFERÊNCIA EM TRAMITAÇÃO – PROJETO MULTISSETORIAL DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ - 2014

OBJETO	EXECUTOR	VALOR ESTIMADO (R\$)
Contratar Consultoria para Desenvolvimento de Sistema de Informações para Gestão Ambiental e de Recursos Hídricos.	SEPL, SEMA, AGUASPARANÁ	8.817.892,45
Contratar Serviço para Mapeamento de Uso e Cobertura da Terra no Estado do Paraná.	SEPL, SEMA, ITCG	2.982.900,00
Contratar Consultoria Especializada nas áreas de planejamento e desenvolvimento de ferramenta de tecnologia integrada, voltada principalmente para o controle da Gestão Pública.	SEPL, CGE	4.379.047,50
Contratar Serviço para Atualização do Cadastro Imobiliário do Estado do Paraná.	SEPL, SEAP	10.297.600,00
Contratar Consultoria para Capacitação Estratégica dos Quadros Públicos do Estado do Paraná.	SEPL, SEAP	6.294.430,36
Contratar Consultoria para Desenvolvimento de Sistema Web, para integração das bases dos 23 Centros Formadores e Sistema Meta 4.	SEPL, SEAP	942.689,16
Desenvolver a Política de Saúde Ocupacional dos Servidores no Âmbito da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo.	SEPL, SEAP	487.667,31
Contratar Consultoria para Desenho dos procedimentos de Cobrança de Débitos Tributários e não Tributários inscritos ou não na dívida ativa do Estado.	SEPL, SEFA	873.444,00
Contratar Consultoria para elaborar Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná.	SEPL	6.129.068,99
Processo de aquisição de bens para complemento de ações vinculadas à Assistência Técnica.	SEPL, SEAP, IPARDES, CGE	2.858.348,82
TOTAL do Valor Estimado.		44.063.088,59

FONTE: SEPL/CDG/UGP - Projeto Multissetorial de Desenvolvimento do Paraná

ACOMPANHAMENTO DOS INDICADORES

No quadro 12 constam os indicadores de monitoramento do setor 5 - Gestão do Setor Público, relacionados a: Qualidade Fiscal, Modernização Institucional e Gestão Estratégica e Eficiente dos Recursos Humanos, com metas transversais identificadas como imprescindíveis para a construção do “novo jeito de governar”, com foco nos resultados e em consonância com as demandas da sociedade. Os indicadores das ações Apoio à Modernização do Licenciamento Ambiental, Apoio à Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos, Educação e Saúde foram objeto de acompanhamento no respectivo setor, uma vez que se referem a metas para o cumprimento dos objetivos dos programas setoriais.

QUADRO 12 - INDICADORES DE MONITORAMENTO DO COMPONENTE ASSISTÊNCIA TÉCNICA - SETOR 5 - PROJETO MULTISSETORIAL DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ - 2014

PRODUTO	SETOR 5 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA - GESTÃO DO SETOR PÚBLICO						
	Unidade de Medida	Realizado		Meta para Desembolso Programado 08/2014	Total Realizado	Indicador (%)	Protocolo para Verificação/ Fonte de Informação
		Até 12/12/2013	De 01/2014 a 06/2014				
Receita de impostos em atraso e recebidos em relação ao total de impostos em atraso	Percentual	...	...	0,60	...	...	NA
Atrair e reter pessoal qualificado fortalecendo as capacidades fundamentais para o Estado, assegurando maior mobilidade na trajetória de carreira, principalmente com base em mérito e resultado	Texto	...	...	Termos de Referência para duas consultorias dentro do subcomponente aprovados pelo Banco Mundial.	...	...	NA
Revisão de processos de gestão fiscal	Texto	Termos de Referência finalizados para as seguintes atividades: (1) Revisão de processos de lançamento, fiscalização e arrecadação do IPVA; (2) Revisão dos processos de lançamento, fiscalização e arrecadação do ITCDM.	Os Termos de Referência para as atividades de: "Revisão dos processos de lançamento, fiscalização e arrecadação do IPVA" "Revisão dos processos de lançamento, fiscalização e arrecadação do ITCDM"; "Desenho dos Procedimentos da Cobrança de Débitos Tributários e não Tributários, Transferências de Conhecimento, e Apoio contínuo à Implantação do Processo" foram elaborados e encaminhados para apreciação do Banco e receberam a não objeção técnica.	Preparação de Termos de Referência e procedimentos para a contratação de consultoria para a revisão dos processos de coleta de impostos aprovados pelo Banco Mundial.	Os Termos de Referência para as atividades de: "Revisão dos processos de lançamento, fiscalização e arrecadação do IPVA" "Revisão dos processos de lançamento, fiscalização e arrecadação do ITCDM"; "Desenho dos Procedimentos da Cobrança de Débitos Tributários e não Tributários, Transferências de Conhecimento, e Apoio contínuo à Implantação do Processo" foram elaborados e encaminhados para apreciação do Banco e receberam a não objeção técnica.	100	Desembolso 2: TORs
Fortalecimento da Capacidade do Estado para elaboração de políticas públicas de forma fundamentada	Texto	Modelos Lógicos de todos os Programas de Gastos Elegíveis finalizados (Total de 09 cadernos).	Modelos Lógicos de todos os Programas de Gastos Elegíveis já finalizados e impressos	Preparação dos Modelos Lógicos para todos os Programas de Gastos Elegíveis - EEP ou PGE	Modelos Lógicos de todos os Programas de Gastos Elegíveis já finalizados e impressos	100	Desembolso 2: Relatório com os modelos lógicos
Fortalecimento do Controle Interno	Texto	Termo de Referência em processo de elaboração.	O Termo de Referência para contratação de Consultoria Especializada nas áreas de planejamento e desenvolvimento de ferramenta de tecnologia integrada, voltada principalmente para o controle da Gestão Pública foi elaborado e está em fase de contratação.	Termos de Referência para o desenvolvimento de métodos de controle internos e procedimentos aprovados pelo Banco mundial.	O Termo de Referência para contratação de Consultoria Especializada nas áreas de planejamento e desenvolvimento de ferramenta de tecnologia integrada, voltada principalmente para o controle da Gestão Pública foi elaborado e está em fase de contratação.	100	Desembolso 2: TORs
Modernização da gestão da Folha de Pagamento do Poder Executivo	Texto	Termo de Referência pronto e atividade em andamento com recursos próprios do Estado.	...	Termo de Referência das auditorias da folha de pagamento aprovados pelo Banco Mundial.	Termo de Referência pronto e atividade em andamento com recursos próprios do Estado.	100	Desembolso 2: TORs

FONTE: SEPL/CDG/UGP - Projeto Multissetorial de Desenvolvimento do Paraná

NOTA: Sinal convencional utilizado:

NA - Não se aplica a dado numérico.

- Dado não disponível.

■ Indicador de Desenvolvimento Setorial

■ Indicador de Resultado Intermediário

■ Indicadores de Desembolso

ASSISTÊNCIA TÉCNICA - Gestão Pública

Qualidade Fiscal

- A meta relativa ao aumento da receita dos impostos atrasados será aferida no final do exercício no Balanço Geral do Estado, que detalha os diversos aspectos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Administração Direta e da Administração Indireta.
- Está em análise na SEFA a proposta de uma única contratação que pode englobar os Termos de Referência relacionados ao desenho dos procedimentos de cobrança de débitos tributários e não tributários, inscritos ou não na dívida ativa do Estado, e ao desenvolvimento e implantação de um novo sistema de fiscalização e arrecadação do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD).

Modernização Institucional

- Os Modelos Lógicos dos nove programas de gastos elegíveis publicados em 2012 e distribuídos para os executores estão disponíveis nos endereços www.ipardes.gov.br e www.sepl.gov.pr.br

Gestão mais eficiente dos Recursos Humanos

- A atividade de modernização da folha de pagamento programada foi contratada em 2013 com recursos do Tesouro no valor de R\$ 927.019,83. A instituição contratada foi a Fundação de Pesquisas Econômicas – FIPE, da Universidade Estadual de São Paulo. Objeto do contrato: “Análise econômica e financeira da folha de pagamento do Poder Executivo para a detecção de *outliers*”. Os relatórios são entregues conforme o estabelecido no contrato (cópia do contrato e relatórios disponíveis SEPL/CDG/UGP).
- A atividade melhoria da atração e retenção de pessoal e fortalecimento das instituições do governo central será objeto de análise na avaliação intermediária.



4

ACOMPANHAMENTO FINANCEIRO

ACOMPANHAMENTO FINANCEIRO

O acompanhamento financeiro obedece à estrutura do financiamento do projeto. Uma linha de financiamento denominada Programas de Gastos Elegíveis (PGEs) corresponde às ações do Componente 1, com condicionantes de desempenho para o desembolso. A segunda linha de financiamento está relacionada às ações de Assistência Técnica do Componente 2, financiado 100% pelo BM.

As informações financeiras para esse primeiro relatório estão organizadas em dois períodos, com as despesas do Componente 1 realizadas nos doze meses que antecederam a assinatura do acordo de empréstimo (despesas retroativas), e a execução financeira do primeiro semestre de 2014.

PROGRAMAS DE GASTOS ELEGÍVEIS

Período: dezembro de 2012 a dezembro de 2013

As despesas retroativas desse período foram objeto de prestação de contas para o primeiro desembolso do projeto em consonância com as regras de execução financeira e o cronograma da Carta de Desembolso do acordo de empréstimo.

No primeiro desembolso as regras de execução financeira foram integralmente atendidas, com a apresentação dos gastos no montante de US\$ 100 milhões, dos quais no mínimo US\$ 50 milhões deveriam ser considerados como despesas financiáveis, de acordo com as diretrizes de aquisição e contratação. As despesas totais dos PGEs no período totalizaram US\$ 118 milhões, sendo que US\$ 59 milhões foram considerados gastos financiáveis. O reembolso do valor-limite de US\$ 50 milhões ingressou na conta do Estado (quadro 13).

QUADRO 13 - DESPESAS RETROATIVAS DO PERÍODO DE 12/12/2012 A 11/12/2013

SWAp for Paraná Multi-Sector Development Project
Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná
Relatório de Despesas Totais dos Programas de Gastos Elegíveis

Empréstimo N.º	8201 - BR
Categoria N.º	1
Desembolso N.º	1

Despesas retroativas realizadas no período de 12/12/2012 a 11/12/2013

Setor 1 - Desenvolvimento Rural Sustentável					
Nome do Programa	Nº Iniciativa Orçamentária	Valor Total Pago no Período (R\$)	Valor Total Pago no Período (USD)	Valor Elegível Pago no Período (R\$)	Valor Elegível Pago no Período (USD)
Desenvolvimento Econômico Territorial- Pró-Rural	3028	-	-	-	-
	3033	3.256.911	1.504.461	3.018.798	1.387.992
	3034	1.212.537	567.151	567.670	277.335
Gestão de Solos e Água em Microbacias	3027	-	-	-	-
	3029	2.284.329	1.056.883	1.319.117	611.054
	3037	8.253.094	3.912.726	6.896.372	3.279.675
Total de Despesas Elegíveis do Setor 1		15.006.871	7.041.220	11.801.959	5.556.055
Setor 2 - Gestão Ambiental e de Riscos e Desastres					
Nome do Programa	Nº Iniciativa Orçamentária	Valor Total Pago no Período (R\$)	Valor Total Pago no Período (USD)	Valor Elegível Pago no Período (R\$)	Valor Elegível Pago no Período (USD)
Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental	3045	6.995	3.523	6.995	3.523
	3035	3.895.839	1.740.178	1.301.579	590.622
	3046	91.847	44.640	-	-
Fortalecimento da Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos	3044	-	-	-	-
	3043	5.173.360	2.360.413	4.338.560	1.994.919
	3036	140.160	62.661	-	-
	3008	-	-	-	-
Total de Despesas Elegíveis do Setor 2		9.308.201	4.211.415	5.647.134	2.589.064

Setor 3 - Educação					
Nome do Programa	Nº Iniciativa Orçamentária	Valor Total Pago no Período (R\$)	Valor Total Pago no Período (USD)	Valor Elegível Pago no Período (R\$)	Valor Elegível Pago no Período (USD)
Sistema de Avaliação da Aprendizagem	3018	5.712.927	2.734.937	-	-
Formação em Ação	3017	11.045.067	5.054.167	-	-
Renova Escola	4094	70.278.891	33.263.502	48.768.317	22.686.888
Total de Despesas Elegíveis do Setor 3		87.036.884	41.052.605	48.768.317	22.686.888
Setor 4 - Saúde					
Nome do Programa	Nº Iniciativa Orçamentária	Valor Total Pago no Período (R\$)	Valor Total Pago no Período (USD)	Valor Elegível Pago no Período (R\$)	Valor Elegível Pago no Período (USD)
Rede de Urgência e Emergência	4161	100.581.706	47.312.262	50.561.931	23.768.203
Rede Mãe Paranaense	4162	40.781.720	18.815.898	25.475.970	11.873.990
Total de Despesas Elegíveis do Setor 4		141.363.426	66.128.160	76.037.901	35.642.194
		Valor Total Pago no Período (R\$)	Valor Total Pago no Período (USD)	Valor Elegível Pago no Período (R\$)	Valor Elegível Pago no Período (USD)
TOTAL DE EXECUÇÃO FINANCEIRA		252.715.382	118.433.400	142.255.311	66.474.200
VALOR LIMITE PARA O DESEMBOLSO (50% DO TOTAL DA EXECUÇÃO FINANCEIRA)		126.357.691	59.216.700		
VALOR FINAL PARA O DESEMBOLSO CONFORME CARTA DE DESEMBOLSO		50.000.000			

NOTAS: Os valores dos pagamentos foram convertidos da moeda local para o dólar dos EUA do dia imediatamente anterior à realização do pagamento, conforme cotação cambial divulgada pelo Banco Central do Brasil.

Os valores dos pagamentos classificados como elegíveis neste relatório diferem dos valores indicados pelo especialista em licitações do Banco devido ao fato de o mesmo ter considerado apenas valores aproximados.

As principais despesas do projeto foram executadas pelos programas dos setores Educação e Saúde, que apresentaram participação de 34% e 54%, respectivamente, com relação ao valor total considerado financiável pelo Banco. As obras de melhoria da infraestrutura das escolas estaduais vinculadas ao Programa Renova Escola, juntamente com os investimentos na área de saúde dos programas Rede Mãe Paranaense e Rede Urgência e Emergência, contribuíram positivamente para assegurar o desembolso no valor-limite previsto no período retroativo do projeto.

Algumas ações dos setores 1 (Desenvolvimento Rural Sustentável) e 2 (Gestão Ambiental e de Riscos e Desastres) não apresentaram despesas, pois o planejamento financeiro necessário para iniciar os processos de aquisições e contratações dependia de recursos advindos do Banco. Desta forma, somente após a assinatura do acordo de empréstimo e com o ingresso de recursos do primeiro desembolso no caixa do Tesouro do Estado foi possível iniciar efetivamente as ações desses setores.

Ressalte-se que, para realizar a conversão cambial de reais para dólares, dos pagamentos do Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro (SIAF), para compatibilizar com o cronograma de desembolso, foram utilizadas as cotações diárias (USD/BRL) conforme os pagamentos registrados no SIAF. Esta opção foi adotada devido à distância temporal entre a formulação do *Project Appraisal Document - PAD* (setembro/2012), cuja cotação era de 2 reais para 1 dólar, cerca de 17% abaixo da cotação registrada, e o período de prestação de contas, três meses após a assinatura do acordo de empréstimo (dezembro/2013).

Período: 12 de dezembro a 30 de junho de 2014

O período de 12 de dezembro de 2013 a 30 de junho de 2014 refere-se às despesas realizadas e objeto da prestação de contas junto ao Banco para cumprir com as exigências do segundo desembolso do projeto. As regras de execução física e financeira assim como o cronograma de desembolso estão estabelecidas na Carta de Desembolso, documento integrante ao acordo de empréstimo.

No segundo desembolso as regras de execução financeira e o atendimento dos indicadores físicos (Indicadores de Desembolso) foram integralmente atendidos pelo projeto. De acordo com a Carta de Desembolso, o projeto deveria apresentar despesas no total de US\$ 88,25 milhões, sendo que ao menos US\$ 44,125 milhões deveriam ser aceitos como gastos financiáveis pelo Banco. No período, os pagamentos registrados nos PGEs somaram cerca de US\$ 89 milhões, dos quais aproximadamente US\$ 52 milhões foram considerados gastos financiáveis. Portanto, o Estado habilitou-se para receber o valor-limite de US\$ 44,125 milhões, na modalidade de reembolso dos pagamentos realizados no projeto, conforme demonstrado no quadro 14 de execução financeira.

QUADRO 14 - DESPESAS REALIZADAS NO PERÍODO DE 12/12/2013 A 30/06/2014

SWAp for Paraná Multi-Sector Development Project
Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná
Relatório de Despesas Totais dos Programas de Gastos Elegíveis

Data:	10/09/2014
Projeto N.º	126343
Empréstimo N.º	8201 - BR
Categoria N.º	1
Desembolso N.º	2

Despesas realizadas no período de 12/12/2013 a 30/06/2014

Setor 1 - Desenvolvimento Rural Sustentável

Nome do Programa	Nº Iniciativa Orçamentária	Valor Total Pago no Período (R\$)	Valor Total Pago no Período (USD)	Valor Financiável Pago no Período (R\$)	Valor Financiável Pago no Período (USD)
Desenvolvimento Econômico Territorial- Pró-Rural	3028	-	-	-	-
	3033	391.449	174.385	230.263	102.142
	3034	499.939	222.259	489.449	217.586
Gestão de Solos e Água em Microbacias	3027	3.036.256	1.382.001	3.036.256	1.382.001
	3029	371.123	163.927	339.840	150.038
	3037	23.778.353	10.147.946	6.594.349	2.848.453
Total de Despesas Elegíveis do Setor 1		28.077.120	12.090.517	10.690.158	4.700.220

Setor 2 - Gestão Ambiental e de Riscos e Desastres

Nome do Programa	Nº Iniciativa Orçamentária	Valor Total Pago no Período (R\$)	Valor Total Pago no Período (USD)	Valor Financiável Pago no Período (R\$)	Valor Financiável Pago no Período (USD)
Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental	3045	-	-	-	-
	3035	358.650	162.454	358.650	162.454
	3046	16.880	7.149	-	-
Fortalecimento da Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos	3044	-	-	-	-
	3043	888.060	403.188	888.060	403.188
	3036	7.870	3.372	-	-
	3008	-	-	-	-
Total de Despesas Elegíveis do Setor 2		1.271.460	576.163	1.246.710	565.643

Setor 3 - Educação					
Nome do Programa	Nº Iniciativa Orçamentária	Valor Total Pago no Período (R\$)	Valor Total Pago no Período (USD)	Valor Financiável Pago no Período (R\$)	Valor Financiável Pago no Período (USD)
Sistema de Avaliação da Aprendizagem	3018	2.429.228	1.094.937	-	-
Formação em Ação	3017	9.871.415	4.316.503	6.240.069	2.724.439
Renova Escola	4094	35.328.780	15.388.360	32.657.932	14.216.068
Total de Despesas Elegíveis do Setor 3		47.629.422	20.799.799	38.898.001	16.940.507
Setor 4 - Saúde					
Nome do Programa	Nº Iniciativa Orçamentária	Valor Total Pago no Período (R\$)	Valor Total Pago no Período (USD)	Valor Financiável Pago no Período (R\$)	Valor Financiável Pago no Período (USD)
Rede de Urgência e Emergência	4161	76.477.997	33.922.242	38.547.457	17.178.471
Rede Mãe Paranaense	4162	49.451.201	21.690.443	29.975.796	13.231.023
Total de Despesas Elegíveis do Setor 4		125.929.198	55.612.684	68.523.253	30.409.493
		Valor Total Pago no Período (R\$)	Valor Total Pago no Período (USD)	Valor Financiável Pago no Período (R\$)	Valor Financiável Pago no Período (USD)
TOTAL DE EXECUÇÃO FINANCEIRA		202.907.200	89.079.165	119.358.122	52.615.863
VALOR LIMITE PARA O DESEMBOLSO (50% DO TOTAL DA EXECUÇÃO FINANCEIRA)		101.453.600	44.539.582		
VALOR FINAL PARA O DESEMBOLSO CONFORME CARTA DE DESEMBOLSO				44.125.000	

NOTA : Os valores dos pagamentos foram convertidos da moeda local para o dólar dos EUA do dia imediatamente anterior à realização do pagamento, conforme cotação cambial divulgada pelo Banco Central do Brasil.

As metas setoriais relacionadas aos indicadores físicos vinculados ao desembolso foram integralmente cumpridas, conforme verificado no quadro 15. O cálculo do coeficiente final do Indicador de Desembolso resultou em 1 dos 13 indicadores setoriais analisados no projeto. Todos obtiveram desempenho satisfatórios para o segundo desembolso.

QUADRO 15 - COEFICIENTES DOS INDICADORES DE DESEMBOLSO - IDS

Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná - Banco Mundial
Relatório de Despesas dos Programas de Gastos Elegíveis
Apuração dos Indicadores de Desembolso

Data	10/09/2014
Projeto N.º	126343
Empréstimo N.º	8201-BR
Categoria N.º	1
DESEMBOLSO N.º	2

Indicadores aferidos até a data de 31 de julho de 2014

Setor 1 - Desenvolvimento Rural Sustentável

N.º	Indicador	Descrição ou fórmula da meta do período	Unidade de Medida	Aferição Relativa ao Desembolso 2			Fonte de Informação	Documentos Comprobatórios
				Meta (a)	Apurado (b)	(b) - (a)		
1	Número de Propostas de negócios aprovadas e a serem financiadas (cumulativo)	Número de propostas de negócios elaboradas por associações de agricultores aprovadas em seleção pública de e com convênios assinados para o repasse de recursos.	Unidade	0	0	0	SEAB	Não se aplica para o período.
2	Número de Planos de Ação de Microbacias elaborados (cumulativo)	Números de Planos de Ação elaborados de forma participativa envolvendo técnicos e a comunidade.	Unidade	20	104	84	SEAB	Lista dos planos, elaborados conforme roteiro do Manual Operativo do Projeto, contendo município e respectiva microbacia. Amostras de dois planos.
Serão analisados os ID de todos os setores (1 = sim e 0 = não)						1		
Total de ID do Setor 1						2		
Total de ID atendidos pelo Setor 1						2		

Setor 2 - Gestão Ambiental e de Riscos e Desastres

N.º	Indicador	Descrição da meta para o período	Unidade de Medida	Aferição Relativa ao Desembolso 2			Fonte de Informação	Documentos Comprobatórios
				Meta (a)	Apurado (b)	(b) - (a)		
3	Número de regionais com balcões únicos instalados para o acesso a serviços de licenciamento ambiental (cumulativo)	Número de regionais do Sistema SEMA com espaços físicos para o atendimento integrado às diversas solicitações ambientais (licenciamentos ambientais e outorga da água).	Unidade	0	0	0	SEMA	Não se aplica para o período.
4	Estabelecimento de uma Política Estadual de Gestão de Riscos e Desastres	Oficialização através de Decreto de um grupo de trabalho de gerenciamento de riscos e desastres.	Texto	1	1	0	SEMA	Decreto Estadual 8.313 de 27 de maio 2013 que institui o Grupo de Trabalho para a elaboração de propostas para o FGRD publicados no Diário Oficial do Estado nº 8.966 de 27 de maio de 2013
Serão analisados os ID de todos os setores (1 = sim e 0 = não)						1		
Total de ID do Setor 2						2		
Total de ID atendidos pelo Setor 2						2		

Setor 3 - Educação								
N.º	Indicador	Descrição ou fórmula da meta do período	Unidade de Medida	Aferição Relativa ao Desembolso 2			Fonte de Informação	Documentos Comprobatórios
				Meta (a)	Apurado (b)	(b) - (a)		
5	Sistema de Avaliação de Ensino e Aprendizagem do Aluno operando	Avaliação-piloto realizada	Unidade	1	1	0	SEED	
6	Professores participantes em oficinas de professores em serviço (cumulativo)	Número de professores que participaram das oficinas dividido pelo número de professores inscritos na folha de pagamento de janeiro de 2014	Percentual	80	92	12	SEED	Planilha contendo informação das cargas horárias das oficinas, totais de participantes, núcleos regionais e áreas de abrangência.
7	Escolas Estaduais reformadas e/ou ampliadas (cumulativo)	Número de escolas da Rede Pública Estadual reformadas e/ou ampliadas com Termo de Recebimento das Obras assinado pela comunidade escolar.	Unidade	50	123	73	SEED	Relação das escolas atendidas com ampliação e recuperação (reforma) com termo de recebimento, identificando: o núcleo regional; o município; a modalidade de ensino ofertada; o número de alunos matriculados.
Serão analisados os ID de todos os setores (1 = sim e 0 = não)						1		
Total de ID do Setor 3						3		
Total de ID atendidos pelo Setor 3						3		

Setor 4 - Saúde								
N.º	Indicador	Descrição ou fórmula da meta do período	Unidade de Medida	Aferição Relativa ao Desembolso 2			Fonte de Informação	Documentos Comprobatórios
				Meta (a)	Apurado (b)	(b) - (a)		
8	Percentual de mulheres grávidas identificadas com alto risco de complicações no parto referenciadas por Unidades Básicas de Saúde (UBS) a um hospital que faça parte da Rede de Saúde Materna e Infantil - Rede Mãe Paranaense (cumulativo)	Número de mulheres grávidas SUS dependentes com alto risco de complicações no parto referenciadas por UBS a um hospital dividido pelo número estimado total de mulheres grávidas SUS dependentes com alto risco de complicações no parto. ⁽¹⁾	Percentual	5,5	72,3	66,8	SESA	Planilha organizada pela Unidade Técnica do Programa considerando dados do Sistema de Informações Hospitalares e o controle de contratos e convênios com Hospitais de Referência para a Rede Mãe Paranaense.
9	Proporção de nascidos vivos de mulheres grávidas que participaram de mais de 07 consultas pré-natais (cumulativo)	Número de bebês nascidos vivos registrados no SISNAC cujas mães participaram de mais de 07 consultas de pré-natais dividido pelo número de bebês nascidos vivos.	Percentual	80	80	0	SESA	Relatórios gerados pelo SINASC
Serão analisados os ID de todos os setores (1 = sim e 0 = não)						1		
Total de ID do Setor 4						2		
Total de ID atendidos						2		

(1) O cálculo da vinculação do parto foi realizado com base na estimativa de gestantes SUS dependentes e o número de AIHs pagas para gestantes nos hospitais contratualizados da Rede Mãe PR.

Setor 5 - Gestão do Setor Público								
N.º	Indicador	Descrição ou fórmula da meta do período	Unidade de Medida	Aferição Relativa ao Desembolso 2			Fonte de Informação	Documentos Comprobatórios
				Meta (a)	Apurado (b)	(b) - (a)		
10	Modernização da gestão da folha de pagamento do Poder Executivo do Estado	Termos de referência para auditorias da folha de pagamento aprovados pelo Banco Mundial	Texto	1	1	0	SEAP	Contrato com a empresa FIPE e Relatório da Consultoria.
11	Fortalecimento do Sistema de Controle Interno	Termos de Referência para o desenvolvimento de métodos de controle internos e procedimentos aprovados pelo Banco Mundial	Texto	1	1	0	CC	Termo de Referência desenvolvido e apresentado ao Banco.
12	Fortalecimento da Capacidade do Estado para a definição de políticas públicas baseadas em evidência	Preparação de Modelos Lógicos para todos os Programas com Gastos Elegíveis (PGEs)	Texto	1	1	0	IPARDES	Modelo Lógico de nove Programas de Gastos Elegíveis finalizados e disponíveis no site www.sepl.pr.gov.br
13	Revisão dos processos de gestão fiscal	Preparação dos Termos de Referência para a contratação de consultores para a revisão de processos de cobrança de impostos aprovados pelo Banco Mundial	Texto	1	1	0	SEFA	Termo de Referência já apresentado ao Banco.
Serão analisados os ID de todos os setores (1 = sim e 0 = não)						1		
Total de ID do Setor 5						4		
Total de ID atendidos pelo Setor 5						4		

Aferição do Desembolso 2			
N.º de ID atendidos dos setores analisados (Numerador)		13	
N.º total de ID dos setores analisados (Denominador)		13	
Coeficiente de ID		1,00	

CONSIDERAÇÕES

A Unidade de Gerenciamento do Projeto se estruturou e se qualificou para atender às especificidades de uma modalidade de financiamento até então inédita no Estado do Paraná. A operacionalização do projeto é pautada na transversalidade de programas e ações que exigem um esforço de articulação e coordenação entre gestores e executores das áreas técnicas, administrativas e financeiras.

A gestão do projeto conta com um conjunto de instrumentos desenvolvidos para acompanhar a execução física e financeira do Projeto Multissetorial de Desenvolvimento do Paraná. Na elaboração deste documento, esses registros foram apropriados com o objetivo de sintetizar e informar o andamento do projeto. Importa observar que o Sistema de Gerenciamento, Monitoramento e Acompanhamento de Programas e Projetos (SIGMA.PP), desenhado para apoiar a UGP na gestão, monitoramento e avaliação, e na prestação de contas perante os órgãos fiscalizadores e auditores, não teve o seu desenvolvimento concluído a tempo de ser utilizado para gerar relatórios e subsidiar com mais agilidade a gestão do projeto, implicando na formulação de outros procedimentos e recursos para atender às necessidades do monitoramento.

Este primeiro relatório, como instrumento de gestão, finaliza com alguns apontamentos relativos aos avanços observados desde a perspectiva físico-financeira e às atividades requeridas na continuidade da execução. De acordo com a estrutura do programa optou-se por apresentar a síntese por setor.

Setor Desenvolvimento Rural Sustentável

O progresso das atividades do setor Desenvolvimento Rural Sustentável, nesta primeira etapa, foi satisfatório e as metas alcançadas conforme demonstrado nesse relatório. Investimentos como: aquisição de veículos, equipamentos, reforma dos escritórios da EMATER e implantação de sistemas de abastecimento de água para comunidades rurais foram efetuados no período retroativo. Cumpre ressaltar que duas atividades importantes na implementação do projeto – a) chamada pública para iniciar o apoio a propostas de negócios sustentáveis e b) licitação internacional para aquisição de patrulhas rodoviárias a serem repassadas aos Consórcios de Municípios – dependiam da assinatura do Acordo de Empréstimo e foram iniciadas neste semestre. Esse fato poderá implicar em atraso na implementação dessas atividades com reflexos no cumprimento de outras metas, inclusive do desempenho financeiro do setor.

O acompanhamento da execução aponta para a necessidade de reavaliação da ação Apoio a empreendimentos comunitários sustentáveis, por duas razões: dificuldades legais e operacionais das associações no Estado, e duplicação desta ação nos programas Pró-Rural e Gestão de Solo e Água em Microbacias. O equacionamento deverá ser discutido por ocasião da revisão de meio termo do Projeto.

Verifica-se que 19,5% dos recursos previstos inicialmente para o setor Desenvolvimento Rural Sustentável foram investidos. A perspectiva é de que o restante previsto seja aplicado dentro do prazo programado pelo projeto. Porém, será necessário agilizar os processos mais representativos do setor, que são as chamadas públicas e aquisição de patrulhas do Pró-Rural, e os convênios com as prefeituras municipais do Programa Gestão de Solo e Água em Microbacias.

Setor Gestão Ambiental e de Riscos e Desastres

O progresso das atividades do setor está demonstrado, nessa etapa, pela concentração dos investimentos na aquisição de veículos, máquinas e equipamentos previstos que não dependiam de estudos prévios e, ainda, na elaboração de Termos de Referência que permitissem dimensionar e concretizar os demais investimentos como: a) concepção das salas fixa e móvel de gerenciamento de desastres; b) desenvolvimento de Sistema de Informações para Gestão Ambiental e de Recursos Hídricos; c) mapeamento de Uso e Cobertura da Terra no Estado do Paraná; d) elaboração do Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil; e e) estudo locacional do radar meteorológico para Região Metropolitana de Curitiba e Litoral, e edital de aquisição dos dois radares.

Verifica-se que 23,5% dos recursos previstos foram aplicados no setor Gestão ambiental e de riscos e desastres, conforme demonstrado na análise financeira. A perspectiva é de cumprimento do programado desde que os procedimentos sejam agilizados para a elaboração dos estudos e dos editais para as aquisições previstas.

Algumas atividades e investimentos previstos nos programas deverão ser revisados por ocasião da avaliação intermediária em função: a) do descompasso entre a contratação do projeto, investimentos realizados e início e conclusão dos estudos (consultorias); b) de investimentos já realizados pelo Estado nos últimos anos (2012/2014); e c) de outras demandas identificadas no decorrer da implantação dos programas.

Setor Educação

As ações do setor Educação no período analisado superaram as metas previstas. O Programa Renova Escola superou em 2,5 vezes a meta de reforma e ampliação de escolas. As ações do Programa Formação em Ação e Sistema de Avaliação da Aprendizagem também superaram as metas previstas. Saliente-se que os resultados desses dois programas já estão sendo difundidos e utilizados pelos Núcleos Regionais de Educação e escolas. Entretanto, verifica-se que a apropriação desses resultados requer um maior trabalho junto às escolas para sua contribuição efetiva, visando à melhoria da qualidade da educação.

Com relação à aplicação dos recursos financeiros, verifica-se que 36,10% dos recursos previstos para o setor de educação foram aplicados, com perspectiva de execução do restante programado de acordo com o cronograma.

As ações do setor Educação previstas no Componente 2 do Projeto Multissetorial devem ser agilizadas uma vez que não se avançou conforme o esperado. Os termos de referência das ações Avaliação da proposta metodológica do PDE e Assistência técnica para o Plano de Ações Decentralizadas (PAD) não foram concluídas nessa etapa. O estudo Desenvolvimento e Implantação do Sistema de Gestão da Rede Física Escolar está sendo executado com recursos do Tesouro.

Setor Saúde

A implementação das ações do setor Saúde no primeiro semestre de 2014 apresentou avanços nos seus aspectos técnicos, operacionais e financeiros. Os dois programas de gastos elegíveis apoiados setorialmente, Rede de Urgência e Emergência (Rede Paraná de Urgência) e Rede de Atenção Materno-Infantil (Mãe Paranaense), cumprem o planejado e obtiveram os resultados almejados em conformidade com seus mapas estratégicos.

Os dois programas apoiados pelo Projeto Multissetorial têm contribuído para os resultados alcançados na oferta de serviços de saúde estruturados em redes de atenção. Nesses dois anos de implementação da Rede Mãe Paranaense e da Rede de Urgência e Emergência, os programas apresentaram resultados positivos, com destaque para a redução de 40% da mortalidade materna e 10% da mortalidade infantil, os menores índices do País.

Verifica-se que 37,3% dos recursos programados do setor foram aplicados conforme demonstrado na análise financeira. A perspectiva é de que os recursos previstos sejam aplicados dentro do prazo. Do total de recursos previstos para o Rede de Urgência e Emergência (Rede Paraná de Urgência) observa-se a execução de 49,6%. Quanto aos recursos do Rede de Atenção Materno-Infantil (Mãe Paranaense) a execução foi de 25% do programado. Esse desempenho deverá ser objeto de análise, por ocasião da avaliação intermediária, visando ao possível remanejamento de recursos.

A estruturação das redes imprime qualificação na oferta de serviços, entre os quais podem ser destacados: a) aproveitamento racional da capacidade de atendimento de urgência ofertado pelas unidades da rede pública, filantrópica e privada; b) agilidade no atendimento pré-hospitalar, assegurando ao paciente (socorrido pelo SAMU ou atendido nos serviços de emergência) internamento hospitalar adequado à sua necessidade; c) movimentação do paciente na rede, com a garantia de transferência da unidade de origem para o hospital com as condições de atendimento demandadas; d) o médico regulador decide, com base nas características de cada leito ofertado e na capacidade da equipe técnica do hospital, para onde este será encaminhado; e) organização dos serviços com direcionamento da capacidade de atendimento de emergência para o paciente grave; f) monitoramento informatizado dos leitos para internação emergencial, com a possibilidade de mapeamento da capacidade de atendimento em tempo real; g) regulação das vagas para consultas especializadas; e h) o complexo regulador está interligado de forma *on-line* com os hospitais, o que permite a racionalização da utilização dos leitos. O conjunto dessa prestação de serviço objetiva reduzir o risco de sequelas e/ou morte desde o atendimento inicial até a internação do usuário.

Setor Gestão Pública - Componente 2, Assistência Técnica para a Gestão Pública Mais Eficiente e Eficaz

No período pós-assinatura do Acordo de Empréstimo (12/12/2013) a Unidade de Gerenciamento do Projeto em conjunto com os executores intensificou os trabalhos de elaboração dos Termos de Referência programados. Assim, estão em elaboração, análise e desenvolvimento dez Termos de Referência com estimativa de custo de R\$ 44 milhões.

No processo de elaboração e tramitação dos Termos de Referência foram enfrentadas dificuldades operacionais decorrentes da inexperiência das equipes executoras e da coordenação em compatibilizar as normas do Banco Mundial com as rotinas administrativas e a legislação local. Esse entrave foi contornado com as capacitações ofertadas pelo BM. Para o segundo semestre de 2014, trabalha-se com a perspectiva da concretização dos trâmites relacionados às contratações programadas para a implementação das ações do Componente 2.

A título de conclusão, pode-se afirmar que o projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, no período analisado (2013 e primeiro semestre de 2014) apresentou resultados e avanços importantes, como demonstrado neste relatório e no cumprimento das metas estabelecidas nos 13 indicadores de desembolso acordados com o Banco Mundial.

Para a obtenção desses resultados, foram aplicados recursos financeiros da ordem de R\$ 445,62 milhões de um total de R\$ 1.426,47 para os quatro anos de duração do projeto (2014 a 2017), o que representa 31,9% do total dos investimentos programados.

APÊNDICE - ACOMPANHAMENTO DAS SALVAGUARDAS

A avaliação realizada na preparação do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná estabeleceu que este deve cumprir as seguintes Políticas de Salvaguardas do Banco Mundial: Avaliação Ambiental (OP 4.01), Hábitats Naturais (OP 4.04), Florestas (OP 4.36), Manejo de Pragas (OP 4.09), Recursos Físicos (Naturais) e Culturais (OP 4.11), Reassentamento Involuntário (OP 4.12) e Povos Indígenas (OP 4.10).

Os programas que compõem o Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, as instituições executoras e as respectivas Políticas de Salvaguardas acionadas são apresentadas no quadro A1.

QUADRO A.1 - PROGRAMAS, EXECUTORES E POLÍTICAS DE SALVAGUARDAS

PROGRAMA	EXECUTOR	SALVAGUARDAS ACIONADAS	
		Ambiental	Social
Desenvolvimento Econômico e Territorial (Pró-Rural)	SEAB	Avaliação Ambiental (OP 4.01), Florestas (OP 4.36), Manejo de Pragas (OP 4.09), Recursos Físicos (Naturais) e Culturais (OP 4.11)	Reassentamento Involuntário (OP 4.12) e Povos Indígenas (OP 4.10)
Gestão de Solos e Água em Microbacias	SEAB	Avaliação Ambiental (OP 4.01), Hábitats Naturais (OP 4.04), Florestas (OP 4.36), Manejo de Pragas (OP 4.09), Recursos Físicos (Naturais) e Culturais (OP 4.11)	Reassentamento Involuntário (OP 4.12) e Povos Indígenas (OP 4.10)
Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental	SEMA	Avaliação Ambiental (OP 4.01)	NA
Fortalecimento da Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos	SEMA	Avaliação Ambiental (OP 4.01)	NA
Formação em Ação	SEED	Avaliação Ambiental (OP 4.01)	Povos Indígenas (OP 4.10)
Renova Escola	SEED	Avaliação Ambiental (OP 4.01)	Reassentamento Involuntário (OP 4.12) e Povos Indígenas (OP 4.10)
Rede de Urgência e Emergência	SESA	Avaliação Ambiental (OP 4.01)	Povos Indígenas (OP 4.10)
Rede Mãe Paranaense	SESA	Avaliação Ambiental (OP 4.01)	Reassentamento Involuntário (OP 4.12) e Povos Indígenas (OP 4.10)

FONTE: SEPL/UGP, 2014

NOTA: Sinal convencional utilizado:

NA - Não se aplica.

Com o objetivo de orientar a implementação dessas políticas foram elaborados e aprovados pelo Banco, em 2012, os seguintes documentos: Marco de Gestão Ambiental, Marco Referencial da Política de Reassentamento Involuntário e Estratégia de Participação dos Povos Indígenas (EPPI). Estes se encontram disponíveis no Portal da SEPL – www.sepl.pr.gov.br – no link do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná.

Considerando o período decorrido entre a preparação do projeto e a assinatura do acordo de empréstimo (dezembro de 2013), o Banco durante a missão realizada nos meses de fevereiro e março de 2014 recomendou a atualização dos documentos. Neste contexto, o Marco de Gestão

Ambiental foi reelaborado, submetido ao Banco e encontra-se em processo de avaliação. A Estratégia de Participação dos Povos Indígenas e o Marco Referencial da Política de Reassentamento Involuntário estão sendo atualizados e serão enviados para análise do agente financiador do Projeto no próximo semestre.

No âmbito da Unidade de Gestão do Projeto, através da Resolução da SEPL nº 002 de janeiro de 2014, foram instituídas duas supervisões – uma responsável pelas Salvaguardas Ambientais e outra pelas Salvaguardas Sociais –, com vistas a garantir a implementação das diretrizes previstas no Manual Operativo do Projeto - Volume 1. Para completar o arranjo institucional, a partir de março do corrente ano, as Secretarias Executoras dos Programas, que acionaram as salvaguardas, indicaram responsáveis pela operacionalização das ações previstas.

SALVAGUARDAS AMBIENTAIS

A supervisão de salvaguardas ambientais, no uso de suas atribuições, acompanhou a implementação das recomendações contidas nos documentos Marco de Gestão Ambiental e Manual Operativo do Projeto. O Relatório de Acompanhamento de Salvaguardas Ambientais foi elaborado a partir de informações das secretarias executoras dos programas, que são a base do informe trimestral consolidado. Destacamos que as atividades relativas às salvaguardas ambientais devem ser observadas durante todo o processo de execução do Projeto Multissetorial.

Principais Ações/Atividades Realizadas

- Indicação dos coordenadores e suplentes de cada programa, responsáveis pela supervisão da implementação dos procedimentos de gestão ambiental estabelecidos para os respectivos subcomponentes dos programas, com o objetivo de assegurar a conformidade da legislação de âmbito federal e estadual com as salvaguardas ambientais do Banco Mundial.
- Realização de reunião para a apresentação das Salvaguardas Ambientais do BIRD e dos procedimentos de acompanhamento para as secretarias executoras e UGP.
- Realização de reuniões com os responsáveis técnicos dos programas, coordenador e suplente, para o repasse de orientações sobre as normas e especificidades para o correto acompanhamento das salvaguardas ambientais.
- Definição dos modelos de Relatórios de Acompanhamento das Salvaguardas Ambientais do BIRD para monitorar o cumprimento dos compromissos estabelecidos no Marco de Gestão Ambiental e no Manual Operativo do Projeto - Volume 1.
- Definição e revisão dos principais aspectos da gestão ambiental, por secretaria, visando à proposição das alterações requeridas para submeter à análise e não objeção do BM.
- Verificação de que, na execução das atividades dos programas, desde o seu início em 2012, em particular das obras civis, as orientações contidas no Marco de Gestão Ambiental foram observadas.

No quadro A2 são sintetizadas as atividades realizadas no âmbito das Salvaguardas Ambientais.

QUADRO A2 - RESUMO DE ATIVIDADES REALIZADAS NO ÂMBITO DAS SALVAGUARDAS AMBIENTAIS

continua

		ATIVIDADES REALIZADAS		LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DOCUMENTOS REQUERIDOS	IMPACTOS AMBIENTAIS SIGNIFICATIVOS
		Até dez. 2013	1.º semestre de 2014		
Desenvolvimento Econômico e Territorial - Pró-Rural	SEAB	82 escritórios reformados e 131 veículos adquiridos.	NA	Outorga para sistemas de abastecimento de água (AGUASPARANÁ) Anuência Prévia para perfuração de poços (IAP) Autorização Florestal para supressão vegetal (IAP) DLAE - Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual (IAP)	As ações, atividades e intervenções executadas no período em questão são em sua maioria positivas, de baixo impacto ambiental negativo, não necessitando de uma análise ambiental mais aprofundada de viabilidade, estudos complementares e medidas mitigadoras para a sua execução. Nos casos das implantações de sistemas de abastecimentos de água são necessárias apenas medidas de controle dos resíduos provenientes da construção civil.
Gestão de Solos e Água em Microbacias	SEAB	Foram implantados 38 sistemas de abastecimento de água. 100 planos de ação de microbacias validados.	Foram implantados 42 sistemas de abastecimento de água. 4 planos de ação de microbacias validados.		
Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental	SEMA	60 estações pluviométricas fluviométricas telemétricas instaladas, operando com manutenção.	NA	NA	A "Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental" e o "Fortalecimento da Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos" devem ter impacto positivo sobre o meio ambiente, desde que procurem promover a obediência ambiental e a melhoria da capacidade de resposta ao desastre. Eles apoiarão os esforços dos manuais operativos para fortalecer as ferramentas de gestão ambiental para o uso sustentável de recursos naturais, a redução dos impactos ambientais negativos, a melhoria da resposta e a coordenação em caso de desastre no âmbito estadual. Eles não apresentarão riscos com relação às salvaguardas. Sendo assim, não requerem supervisão ou apoio especial.
Fortalecimento da Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos	SEMA	NA			
Renova Escola	SEED	71 estabelecimentos de ensino reformados ou ampliados.	52 estabelecimentos de ensino reformados ou ampliados. Durante o primeiro semestre de 2014 foram realizados e finalizados com Termos de Recebimento de Obra 06 ampliações e 46 reformas em estabelecimentos de ensino. Outras 96 obras estão em fase de conclusão e/ou emissão dos Termos de Recebimento.	DLAE - Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual (IAP). Os estabelecimentos listados na Res. SEMA 51/2009 estão dispensados de qualquer processo de licenciamento, ninguém está obrigado a requerer DLAE, e por conseguinte ninguém deverá ser autuado por falta de DLAE.	As ações, atividades e intervenções executadas no período em questão são em sua maioria positivas, de baixo impacto ambiental negativo, necessitando apenas de medidas de controle dos resíduos provenientes da construção civil, no que se refere às obras de reformas e ampliação.
		381 estabelecimentos de ensino foram atendidos com mais de 7 itens.			

QUADRO A.2 - RESUMO DE ATIVIDADES REALIZADAS NO ÂMBITO DAS SALVAGUARDAS AMBIENTAIS

		ATIVIDADES REALIZADAS		LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DOCUMENTOS REQUERIDOS	IMPACTOS AMBIENTAIS SIGNIFICATIVOS
		Até dez. 2013	1.º semestre de 2014		
Rede de Urgência e Emergência	SESA	01 heliponto, 01 helicóptero, 01 avião adquiridos e 202 ambulâncias disponibilizadas. Aumento de 222 leitos habilitados, totalizando 1.398 leitos. 01 sala cirúrgica no Hospital Bom Jesus Ponta Grossa.	Aumento de 242 leitos habilitados, totalizando 1.418 leitos.	PGRSS - informações sobre o manuseio e destinação dos resíduos sólidos de serviços de saúde. PGRCC - informações sobre o manuseio e destinação dos resíduos das obras. Roteiros de Inspeção Roteiros Sistematizados de radiações ionizantes Projetos e Inspeção da Vigilância Sanitária Licença Sanitária. Documentos emitidos pelos engenheiros (obras) - Relatórios de medição e de conclusão das obras. Dispensa ou autorização do IAP para execução da obra. Relatório de acompanhamento da obra e Relatório de Vistoria da Obra - SESA/PRED-DER DLAE - Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual (IAP). Os estabelecimentos listados na Res. SEMA 51/2009 estão dispensados de qualquer processo de licenciamento, ninguém está obrigado a requerer DLAE, e por conseguinte ninguém deverá ser autuado por falta de DLAE.	As ações, atividades e intervenções executadas no período em questão são em sua maioria positivas, de baixo impacto ambiental negativo, necessitando apenas de medidas de controle dos resíduos provenientes da construção civil, no que se refere às obras de reformas, construção e ampliação.
Rede Mãe Paranaense	SESA	158 UBS construídas e/ou em construção, por meio de incentivo estadual aos municípios. Foram repassados recursos para mais 95 unidades de saúde em 2013; 79 UBS equipadas.	Foram repassados recursos para construção, reforma e ampliação de 207 unidades de saúde. Foram equipadas 67 unidades de atenção primária.		

FONTE: SEPL/UGP, 2014

NOTA: Sinal convencional utilizado:

NA - Não se aplica.

CONCLUSÕES TÉCNICAS

O Monitoramento dos Indicadores Físicos e das informações obtidas junto aos responsáveis pelos programas permite afirmar que o acompanhamento das obras e das atividades dos programas está em conformidade com o Marco de Gestão Ambiental, atende às Políticas de Salvaguardas Ambientais do BIRD e às Políticas Ambientais Estaduais, Federais e Municipais. As atividades executadas pelos programas foram consideradas de baixo impacto ambiental e de pequeno porte (Categorias B e/ou C) e em sua maioria geram impactos ambientais positivos, não apresentando risco ao projeto como um todo.

SALVAGUARDAS SOCIAIS

As Salvaguardas Sociais do BM acionadas pelo projeto foram a OP 4.10, que contempla os Povos Indígenas, e a OP 4.12 que trata de Reassentamento Involuntário. Informações dos procedimentos relativos à implementação por salvaguarda serão apresentadas a seguir.

POVOS INDÍGENAS

A missão do Banco realizada em fevereiro e março de 2014 solicitou a atualização da Estratégia de Participação dos Povos Indígenas (EPPI) que está sendo providenciada pela responsável pela Salvaguarda Social na UGP em conjunto com os responsáveis das Secretarias Executoras. A nova versão da Estratégia será submetida à apreciação do agente financiador do projeto no início do próximo semestre.

Arranjos Institucionais

Os responsáveis pela implementação da Estratégia de Participação dos Povos Indígenas (EPPI) da UGP/SEPL, SEAB, SEED e SESA desempenham suas funções desde março de 2014.

Para fortalecer a rede de parcerias prevista na EEPI foi realizada uma oficina nos dias 27 e 28 de maio de 2014 que contou com a presença das seguintes instituições: SEPL, SEAB, EMATER, SEED, SESA, Assessoria para Assuntos Indígenas da Casa Civil do Estado, FUNAI, Ministério Público do Paraná através da CAOPI, Advocacia Geral da União/Polícia Federal, Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (ARPIN-SUL) e equipe técnica responsável pela implementação do Componente Indígena do Plano Básico Ambiental (PBA) da Usina Hidroelétrica (UH) de Mauá.

O arranjo institucional para a implementação das ações previstas na Estratégia de Participação dos Povos Indígenas foi um dos principais pontos tratados na oficina, sendo consenso a necessidade da criação de uma Câmara Técnica composta por representantes da SEPL, das Secretarias Executoras das ações, das populações indígenas e das instituições parceiras, com os seguintes objetivos: i) contribuir com a Unidade de Gestão do

Projeto (UGP) na implementação, acompanhamento e avaliação das ações propostas; ii) promover a articulação e a complementariedade entre as ações propostas na EPPI e as ações de outras instituições que atuam junto às populações indígenas no Estado do Paraná; iii) estabelecer canal de comunicação direto com representantes das terras indígenas beneficiárias diretamente pelas as ações do Projeto; iv) facilitar a consulta às populações das comunidades das terras indígenas envolvidas.

Considerando que a proposta altera o arranjo institucional originalmente previsto na EPPI, esta foi submetida à avaliação do Banco. Posteriormente à aprovação, a UGP elaborou a Minuta de Resolução da SEPL para a criação da Câmara Técnica no âmbito do Comitê Gestor do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, assim como está providenciando a publicação da mesma e o encaminhamento de ofícios às instituições para a indicação dos representantes, visando à efetivação da referida Câmara.

Atividades Realizadas e Programadas

As ações previstas na EPPI de caráter geral e específicas, por programa, foram realizadas pelas Secretarias Executoras, e algumas estão em fase de elaboração (quadro A3).

As metas específicas para as ações previstas na EPPI serão contempladas na elaboração do Plano Operativo com o objetivo de orientar a execução e facilitar o acompanhamento das salvaguardas indígenas, conforme recomendado na missão do BIRD. Foram realizadas reuniões de planejamento entre a supervisora e representantes das Secretarias Executoras e Instituições Parceiras para a elaboração da versão preliminar do plano operativo (quadro A3).

Identificação dos Beneficiários Indígenas

No Paraná existem 37 terras indígenas (TIs), sendo 18 delas homologadas, 6 em processo de regularização e 13 irregulares. As populações das 14 terras localizadas na área de atuação do Programa de Desenvolvimento Econômico e Territorial (Pró-Rural) são beneficiárias diretas do Programa; entretanto, somente as 12 terras homologadas poderão ser beneficiadas com investimentos, como é o caso das propostas de apoio a negócios sustentáveis. A maioria das ações previstas no Programa de Gestão de Solos e Água em Microbacias também são diretas, podendo beneficiar as populações de qualquer uma das TIs localizadas no Estado, desde que estas estejam contidas na área de uma microbacia selecionada pelo programa através de critérios, entre os quais: área de agricultura intensiva, alta fragilidade ambiental, grande importância para o abastecimento de água. Todas as terras Indígenas são beneficiárias indiretas das ações dos programas do setor de Educação (Formação em Ação e Renova Escola) e Saúde (Rede de Urgência e Emergência e Rede Mãe Paranaense).

Ações Gerais

Na oficina com executores e parceiros (maio 2014) foi acordada a realização de consultas diretas às populações das terras indígenas localizadas na área do Pró-Rural. As populações das demais terras serão consultadas de forma massiva, sendo apresentado o projeto em eventos com lideranças indígenas e distribuídos *folders* nas línguas Portuguesa, Guarani e Kaingang.

Atividades de Desenvolvimento Rural Sustentável

No evento de maio de 2014 foi ressaltada a importância dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) específica para as populações indígenas. Acordou-se que a implementação da EPPI será iniciada pelas oito terras indígenas onde estão atuando a equipe técnica do Componente Indígena do Plano Básico Ambiental da UH de Mauá. Nas demais terras o trabalho será iniciado após a disponibilização de técnicos pela EMATER.

Foi elaborado pela SEAB e encaminhado ao BM para considerações o Edital de Chamada Pública do Pró-Rural, que visa à apresentação de propostas de negócios sustentáveis, sendo o documento aprovado pelo agente financiador. O Edital será publicado no segundo semestre de 2014 e incluirá uma cota de recursos e critérios de seleção específicos para comunidades indígenas.

Atividades em Educação

Verificou-se que não há professores das escolas indígenas inscritos no Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), e as razões desse fato estão relacionadas ao não atendimento dos critérios do PDE: escolaridade, os professores das escolas indígenas não possuem curso superior, e vínculo empregatício, uma vez que não são servidores concursados.

No programa Formação em Ação, esses professores participam das oficinas realizadas. A partir de 2014 as oficinas passaram a ser realizadas nas escolas. Assim, deixou de ser necessária a implementação do acordado entre a supervisão de salvaguardas/UGP e os representantes da SEED para adaptar a metodologia de forma a atender os profissionais de escolas indígenas em local adequado à prática dos hábitos indígenas.

No programa Renova Escola, quanto às intervenções em prédios escolares localizados em terras indígenas, o Estado deve buscar primeiramente financiamento junto ao governo federal e, como segunda opção, utilizar recursos do programa Renova Escola. Assim, das 36 escolas indígenas 13 são unidades novas construídas até 2012 em parceria entre o Estado e o FNDE/MEC, e outras oito serão reconstruídas, pois já estão cadastradas no Plano de Ações Articuladas (PAR) firmado entre o Estado e o FNDE/MEC, cujos recursos serão disponibilizados ainda em 2014. A Escola Indígena Gregório Kaekchot, localizada em Manoel Ribas, está sendo ampliada pelo programa Renova Escola. Em parceria com o MEC/FNDE, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), estão sendo licitadas e serão construídas 14 quadras de esporte em escolas indígenas. Outras quatro escolas foram atendidas pelo programa com reparos.

O atendimento e priorização do programa Renova Escola está embasado nos diagnósticos das condições das estruturas físicas das escolas realizados pela comunidade escolar indígena. Em virtude da recomendação do BM na missão de fevereiro e março de 2014, foi analisada a necessidade do estabelecimento de procedimentos específicos para o atendimento das escolas indígenas no âmbito do programa. Concluiu-se que a adoção dos procedimentos operacionais descritos no Volume 4 do Manual Operativo do Projeto possibilita o atendimento às demandas das escolas indígenas.

Estava prevista, na EPPI elaborada em 2012, a aprovação prévia dos Planos de Execução e Acompanhamento das Obras realizadas com recursos do programa pelo BM. Na missão de fevereiro e março de 2014 acordou-se a realização de revisões *ex-post* das obras. A UGP comprometeu-se a encaminhar ao BM a documentação completa do processo de ampliação das escolas indígenas com recursos do Renova Escola para análise e considerações.

Atividades em Saúde

A parceria entre a Secretaria de Saúde Indígena (SESAI) do Ministério da Saúde e a SESA permitiu a participação de profissionais que atuam na Atenção Primária à Saúde, nas aldeias indígenas do Paraná, em capacitações realizadas no âmbito da Rede Mãe Paranaense.

QUADRO A.3 - RESUMO DE ATIVIDADES REALIZADAS NO ÂMBITO DAS SALVAGUARDAS PARA POVOS INDÍGENAS

continua

PROGRAMA	EXECUTOR	ATIVIDADES PREVISTAS	ATIVIDADES REALIZADAS	ATIVIDADES PROGRAMADAS
Ações gerais que envolvem todos os Programas	SEPL	Atualização da Estratégia de Participação Indígena.	- Oficina e reuniões realizadas entre a SEPL, executores e parceiros para discussões a respeito da EPPI; - Elaboração de versão preliminar da EPPI atualizada.	Encaminhar nova versão da EPPI ao Banco até final de outubro.
		Consulta pública com representantes indígenas para a implementação da EPPI.	Reuniões realizadas com representante da Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul - ARPIN-SUL.	- Realização de oficinas em 14 Terras Indígenas para consulta aos beneficiários diretos e planejamento da implementação da EPPI até novembro. - Divulgação massiva da EPPI junto aos povos das demais Terras Indígenas no Paraná, através da distribuição de <i>folders</i> nas línguas Portuguesa, Kaingang e Guarani até o final do ano.
		Implantação do Arranjo Institucional para a implementação da EPPI.	- Oficina e reuniões realizadas entre a SEPL, executores e parceiros para discussões a respeito do arranjo institucional; - Elaboração da minuta de Resolução da SEPL para criação da Câmara Técnica da EPPI no âmbito do Comitê Gestor do Projeto.	- Publicação da Resolução instituindo a Câmara Técnica da EPPI no início de outubro; - Nomeação dos representantes dos executores e instituições parceiras para compor a Câmara até o final de outubro; - Aproveitar as oficinas nas 14 Terras Indígenas para a discussão e definição dos representantes dos beneficiários para compor a Câmara até o final do ano.
		Capacitação das equipes técnicas executoras e parceiros.		Realização de curso de indigenismo envolvendo técnicos da UGP, das Secretarias Executoras e Instituições Parceiras até o final do ano.
		Criação de um espaço em <i>site</i> para que os beneficiários indígenas e demais interessados possam postar comentários, sugestões e críticas a EPPI.		Inserir no <i>site</i> da SEPL na aba do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná um link de acesso para o "Fale Conosco".
		Avaliação da implementação da EPPI		Realização de reunião da Câmara Técnica para a avaliação da EPPI até o fim do ano.
Desenvolvimento Econômico e Territorial (Pró-Rural)	SEAB	Capacitação de profissionais de ATER		Inserir temática indígena nas capacitações de pré-serviço para os novos técnicos que estão em fase de contratação pela EMATER através de concurso.
		Elaboração de diagnósticos participativos das aldeias	Diagnósticos rápidos das oito Terras Indígenas (TI) onde atua a equipe técnica do Componente Indígena do Plano Básico Ambiental (PBA) da Usina Hidroelétrica (UH) de Mauá.	Elaboração de diagnósticos participativos de todas as aldeias das 14 Terras Indígenas localizadas na área do Pró-Rural gradativamente, de acordo com incorporação de técnicos de ATER
		Elaboração de planos de etnodesenvolvimento das aldeias		Elaboração de planos de etnodesenvolvimento de todas as aldeias das 14 Terras Indígenas localizadas na área do Pró-Rural gradativamente, de acordo com incorporação de técnicos de ATER
		Capacitação de indígenas	Cursos e intercâmbios em temáticas apontadas pelos indígenas nos diagnósticos nas oito TI onde atua a equipe do PBA da UH de Mauá.	Realização de cursos em temáticas apontadas pelos indígenas nas oficinas de consulta que serão realizados em parceria entre os técnicos da equipe do PBA e da EMATER no segundo semestre do ano e no início de 2015.
		Fortalecimento das associações comunitárias indígenas		Realização de cursos com temática relativa à gestão de associações comunitárias indígenas para o ano de 2015.
		Apoio a iniciativas de negócios sustentáveis	Elaboração de Edital para o chamamento público de propostas de negócios sustentáveis com cota de recursos e critérios de seleção específicos para associações indígenas.	- Publicação do Edital para chamamento público de propostas de negócios sustentáveis. - Apoio a associações comunitárias indígenas.

QUADRO A.3 - RESUMO DE ATIVIDADES REALIZADAS NO ÂMBITO DAS SALVAGUARDAS PARA POVOS INDÍGENAS

conclusão

PROGRAMA	EXECUTOR	ATIVIDADES PREVISTAS	ATIVIDADES REALIZADAS	ATIVIDADES PROGRAMADAS
Gestão de Solos e Água em Microbacias	SEAB	Seleção de microbacias contidas em Terras Indígenas.		Priorizar a seleção de pelo menos uma microbacia localizada em Terra Indígena condicionada à disponibilização pela EMATER.
		Inventário Florestal de Terras Indígenas.		Realizar o Inventário Florestal do Paraná inclusive nas Terras Indígenas.
		Capacitações e apoios a práticas conservacionistas, empreendimentos comunitários, sistemas de abastecimentos de água.		Implementação das ações condicionadas à seleção de microbacia em TI e disponibilização de técnicos para a ATER.
Formação em Ação	SEED	Capacitação de professores e profissionais de Educação, através de oficinas para trocas de experiências.	Foram realizadas oficinas com o tema "educação das relações étnico-raciais e ensino da História e cultura indígena" em todas as escolas indígenas, envolvendo professores e profissionais da Educação.	Realização de oficinas envolvendo professores e profissionais de Educação em temática indígena.
		Capacitação de lideranças indígenas.	De maneira complementar ao Programa Formação em Ação foram realizados pela Coordenação de Educação Escolar Indígena do Departamento de Diversidade (DEDI) da SEED Seminários Temáticos para a formação das populações indígenas em direitos humanos.	Realização de capacitações em parceria com a Coordenação de Educação Escolar Indígena do DEDI da SEED.
Renova Escola	SEED	Ampliação e/ou adequação de escolas indígenas.	- Uma escola indígena está sendo ampliada pelo Renova Escola. - Complementarmente ao Programa: 2 escolas indígenas foram ampliadas com recursos do MDA, 13 unidades novas foram construídas, até 2012, em parceria entre o Estado e o FNDE/MEC.	Complementarmente ao Programa foram cadastradas 8 novas unidades no Plano de Ações Articuladas – PAR, uma parceria FNDE/MEC e Estado, com previsão de liberação orçamentária para o ano de 2014. Em parceria com o MEC/FNDE, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), estão sendo licitadas e serão construídas 14 quadras de esportes em escolas indígenas.
		Recuperação e reparos de escolas indígenas.	4 escolas indígenas foram beneficiadas com reparos entre 2011 e 2013.	- Continuar o levantamento das condições das estruturas físicas das escolas, junto às comunidades das escolas indígenas, a fim de identificar demandas para reparos; - Atender eventuais demandas das escolas indígenas.
		Aquisição e repasse de equipamentos e mobiliários para escolas indígenas.	Todas as 36 escolas indígenas receberam equipamentos e mobiliários entre 2011 e 2013.	- Continuar o levantamento das condições dos equipamentos e mobiliários das escolas, junto às comunidades das escolas indígenas, a fim de identificar demandas; - Atender eventuais demandas das escolas indígenas quanto a equipamentos e imobiliários.
Rede de Urgência e Emergência	SESA	Capacitação de equipes de saúde em emergência hospitalar, SAMU e complexo regulador.	Foram realizados 64 eventos de capacitação envolvendo 3.771 profissionais da saúde, beneficiando as populações indígenas na medida em que forem sendo atendidas na Rede de Urgência e Emergência.	Continuar a capacitação de profissionais de saúde envolvidos com a Rede de Urgência e Emergência.
Rede Mãe Paranaense	SESA	Capacitação de equipes de saúde em cuidados com as gestantes e saúde indígena.	Uma parceria entre a SESA/MS e a SESA possibilitou a participação em capacitações realizadas no âmbito da implementação do Programa, de profissionais que atuam em todas as aldeias indígenas do Paraná.	Manter parceria com a SESA a fim de possibilitar a participação de profissionais que atuam nas aldeias indígenas nas capacitações do Programa.

FONTE: SEPL/UGP, 2014

REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO

A Política Operacional de Reassentamento Involuntário do BIRD (OP 4.12) é ampla e incorpora os impactos econômicos e sociais diretos decorrentes dos projetos de investimentos que redundem na:

a) apropriação involuntária de terra que resulte em:

- reassentamento ou perda de abrigo;
- perda de ativos ou de acesso a ativos;
- perda de fontes de renda ou meios de sobrevivência, quer as pessoas afetadas tenham ou não que se deslocar para outra área; ou na

b) restrição involuntária de acesso a parques localmente demarcados por lei, causando impactos adversos aos meios de subsistência das pessoas deslocadas.

Por ocasião da elaboração do Marco Referencial da Política de Reassentamento Involuntário, em 2012, avaliou-se que a ação de adequação de estradas rurais (Programa de Desenvolvimento Econômico e Territorial - Pró-Rural), teria potencial mínimo para o reassentamento involuntário. Porém, a missão do BM realizada em fevereiro e março de 2014, com base no detalhamento das ações e procedimentos, constatou potencial para reassentamento involuntário também nas ações: a) instalação de sistemas de abastecimento de água em comunidades rurais do Programa Gestão de Solos e Água em Microbacias; b) ampliação e/ou adequação de escolas do programa Renova Escola; e c) construção e reforma de Unidades Básicas de Saúde (UBSs) do programa Rede Mãe Paranaense. Com isso, a missão recomendou a atualização do Marco Referencial contemplando procedimento que permita a verificação da existência ou não de casos de reassentamento involuntário no fluxo operacional das ações. Houve também a recomendação da elaboração de Planos Específicos de Reassentamento Involuntário e de sua aprovação pelo BM, antes de se iniciar o investimento que apresente potencial para reassentamento involuntário.

Os programas do Setor de Meio Ambiente não acionaram a OP 4.12, porém no sentido de assegurar a inclusão de diretrizes sobre o reassentamento involuntário no plano estadual e na política estadual de gestão de riscos e desastres, houve a recomendação do BM de que a supervisão da salvaguarda social pela SEPL/UGP deve acompanhar a elaboração dos Termos de Referência da contratação da consultoria que elaborará esses documentos, no âmbito da execução do programa Fortalecimento da Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos de responsabilidade da SEMA.

Arranjos Institucionais

A UGP indicou responsável pela implementação das orientações contidas no Marco Referencial da Política de Reassentamento Involuntário, e os executores que possuem ações com potencial mínimo de causar reassentamento involuntário (SEAB, SEED e SESA) indicaram representantes para compor o arranjo institucional, conforme o estipulado no Manual Operativo do Projeto - Volume 1.

Atividades Realizadas e Programadas

As ações de readequação de estradas rurais previstas no Programa Desenvolvimento Econômico e Territorial (Pró-Rural) aguardam processo licitatório internacional. Representantes da UGP e dos executores (SEAB, EMATER e CODAPAR) analisaram o fluxo operacional da ação, elencaram as atividades e responsáveis. Esse procedimento permitirá verificar as condições que podem demandar reassentamento involuntário, conforme a OP 4.12. A descrição detalhada do fluxo operacional da ação será encaminhada ao BM para considerações no segundo semestre de 2014.

As instalações de sistemas de abastecimentos de água previstas no programa Gestão de Solos e Água em Microbacias são demandadas voluntariamente pelas comunidades rurais. Essas são analisadas e aprovadas nos Grupos Gestores Municipais (GGM) de Microbacias ou nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), espaços de controle social. Os terrenos para a realização das obras são disponibilizados pela comunidade, sendo os processos de consultas públicas junto às mesmas registrados em atas e inseridos no processo. Nenhum caso de reassentamento involuntário foi identificado entre dezembro de 2013 e o primeiro semestre de 2014, período em que foram instalados 38 e 42 sistemas de poços, respectivamente.

O processo de licitação em curso para a contratação de obras de instalação de novos poços incluiu cláusulas nas minutas dos contratos, evidenciando que o executor desta ação do programa, o Instituto AGUASPARANÁ, tem a responsabilidade de verificar a regularidade do terreno e os possíveis casos de reassentamento involuntário (OP 4.12) antes do início das obras. Assim, as recomendações do BM são atendidas na qualificação do Edital dessa licitação. A versão revisada do Edital e o documento detalhando a operacionalização da ação serão encaminhados ao BM para considerações.

No âmbito do programa Renova Escola, foram reformadas ou ampliadas, 71 escolas até dezembro de 2013, e no primeiro semestre de 2014 outras 52. Em atendimento às recomendações do BM (fevereiro e março 2014) foram realizadas reuniões técnicas com os representantes da SEED, com enfoque nos procedimentos de execução de obras. Verificou-se a inexistência de casos de reassentamento voluntário nas obras executadas. Destaque-se que a legislação vigente associada a recomendações do Tribunal de Contas do Estado (TCE) impede a realização de intervenções em prédios escolares localizados em terrenos irregulares. Para a comprovação e verificação do cumprimento das Salvaguardas foi elaborado um *check-list*

sobre a regularidade do terreno e demais situações que podem configurar reassentamento involuntário, de acordo com a OP 4.12. Este procedimento foi aprovado pelo Banco e será adotado no processo de licitação, contratação e execução da obra.

No programa Rede Mãe Paranaense são realizadas obras de construção de Unidades Básicas de Saúde, por meio de parecerias com os municípios. No período foram iniciadas ou concluídas 460 obras. Ressalte-se que estas obras só podem ser executadas em terrenos regulares de acordo com a legislação vigente e recomendações do TCE a SESA. Nesse contexto, não foram identificados no período casos de reassentamento involuntário.

Para conferir e comprovar a não ocorrência de casos de reassentamentos involuntários nas obras do programa Rede Mãe Paranaense, conforme a recomendação do Banco Mundial (fevereiro e março 2014), em conjunto com a equipe técnica da SESA, discutiu-se a operacionalização dos repasses destinados à execução de obras. No exame detalhado do fluxo operacional para a realização de obras constatou-se que os procedimentos adotados são suficientes para identificar os casos de reassentamento involuntário, conforme as definições da OP 4.12. A obrigatoriedade dos municípios de obtenção da aprovação do Conselho Municipal de Saúde para a execução das obras assegura a identificação dos casos de assentamento voluntário. O Conselho é uma instância de controle social com ampla representação da sociedade civil e se constitui como espaço privilegiado para as reclamações de possíveis prejuízos causados pelas obras. Documentos comprobatórios do processo de repasses para o municípios serão encaminhados às considerações do Banco Mundial.

QUADRO A.4 - RESUMO DE ATIVIDADES REALIZADAS NO ÂMBITO DAS SALVAGUARDAS PARA REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO

PROGRAMA	EXECUTOR	ATIVIDADES COM POTENCIAL MÍNIMO DE CAUSAR REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO	ATIVIDADES REALIZADAS	ATIVIDADES PROGRAMADAS	IMPACTOS AMBIENTAIS SIGNIFICATIVOS
Desenvolvimento Econômico e Territorial (Pró-Rural)	SEAB	Adequação de estradas rurais.	- Nenhum quilômetro de estrada rural foi readequado no âmbito da operacionalização do Programa. - Reunião entre a responsável pela UGP e representantes dos executores foi realizada para analisar detalhadamente o fluxo operacional da ação, tendo sido identificadas as atividades que serão realizadas e os responsáveis pelas mesmas a fim de evitar ou identificar casos de reassentamentos involuntários, conforme a OP 4.12.	A descrição detalhada do fluxo operacional da ação será encaminhada ao Banco para comentários durante o segundo semestre do ano.	
Gestão de Solos e Água em Microbacias	SEAB	Instalação de sistemas de abastecimento de água em comunidades rurais.	38 sistemas de abastecimento de água foram instalados até dezembro de 2013 e no primeiro semestre de 2014 outros 42 poços. - Nenhum caso de reassentamento involuntário foi identificado no período. - Está sendo iniciada a tramitação de um novo processo para a contratação de obras de instalação de poços, tendo sido incluídas cláusulas, nas minutas de contratos com as empreiteiras, para evidenciar que o executor desta ação do Programa é responsável por verificar a regularidade do terreno, assim como os possíveis casos de reassentamento involuntário de acordo com a OP 4.12 antes do início das obras.	Uma nova versão do edital, assim como um documento com detalhes da operacionalização da ação serão encaminhados ao Banco para comentários.	
Renova Escola	SEED	Ampliação e/ou adequação de escolas.	71 escolas foram reformadas ou ampliadas até dezembro de 2013 e outras 52 no primeiro semestre de 2014. - Não foram identificados casos de reassentamento involuntário neste período. - Entretanto, foram realizadas reuniões entre a responsável pela UGP e representantes da SEED para o aprimoramento dos procedimentos do Programa, sendo definida uma lista de questões relativas à regularidade do terreno e demais situações que figuram reassentamento involuntário. Estas questões definidas foram aprovadas pelo Banco.	As questões para a verificação de ausência de reassentamento involuntário serão respondidas ao longo da tramitação do processo de implementação da obra.	
Rede Mãe Paranaense	SESA	Construção e reforma de Unidades Básicas de Saúde (UBSs).	53 municípios foram apoiados para a construção de UBSs até dezembro de 2013 e no primeiro semestre de 2014 outros 207 foram apoiados. Sendo assim no período foram iniciadas ou concluídas 460 obras. - Nenhum caso de reassentamento involuntário foi identificado. - Reuniões entre a responsável da UGP e representantes da SESA foram realizadas a fim de analisar detalhadamente o fluxo operacional de implementação das obras, concluindo-se que a lista de questões que vem sendo acompanhada pela SESA já é capaz de identificar os casos de reassentamento involuntário, conforme as definições da OP 4.12.	Documentos comprobatórios a respeito do processo de tramitação dos repasses para a construção de UBS serão encaminhados ao Banco para comentários no início do próximo semestre.	

FONTE: SEPL/UGP, 2014

CONCLUSÕES TÉCNICAS

As atividades relacionadas à Estratégia de Participação dos Povos Indígenas (EPPI), tanto gerais como específicas por programa, estão em andamento, conforme previsto no acordo de empréstimo com o BM.

Na execução das obras dos programas, concluídas ou em andamento, não foram identificados casos de reassentamento involuntário. Procedimentos para a verificação e comprovação do atendimento às normas relativas aos reassentamentos voluntários na realização de obras serão incorporados aos fluxos e tramitação dos processos para a execução das ações, de acordo com as recomendações do Banco Mundial.

Os arranjos institucionais necessários à implementação tanto da EPPI quanto do Marco Referencial da Política de Reassentamento Involuntário foram adotados com a indicação dos supervisores das Salvaguardas pela UGP, e dos responsáveis técnicos, pelos executores dos programas.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. Project Appraisal Document (PAD): Brazil - SWAp for Parana Multi-Sector Development Project. Washington, DC, 2012. (Report. nº 67.388 – BR). For official use only.

IPARDES. **Modelo Lógico do Programa Formação em Ação**. Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/9_formacao_acao.pdf>. Acesso em: set. 2014.

IPARDES. **Modelo Lógico do Programa Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos**. Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/7_gestao_riscos.pdf>. Acesso em: set. 2014.

IPARDES. **Modelo Lógico do Programa Gestão de Solos e Água em Microbacias**. Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/2_microbacias.pdf>. Acesso em: set. 2014.

IPARDES. **Modelo Lógico Programa Mãe Paranaense**. Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/5_mae_paranaense.pdf>. Acesso em: set. 2014.

IPARDES. **Modelo Lógico do Programa Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental**. Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/8_modernizacao_sema.pdf>. Acesso em: set. 2014.

IPARDES. **Modelo Lógico Programa Pró-Rural**. Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/1_prorural.pdf>. Acesso em: set. 2014.

IPARDES. **Modelo Lógico do Programa Renova Escola**. Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/3_renova_escola.pdf>. Acesso em: set. 2014.

IPARDES. **Modelo Lógico do Programa Rede de Urgência e Emergência**. Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/6_urgencia_emergencia.pdf>. Acesso em: set. 2014.

IPARDES. **Modelo Lógico do Programa Sistema de Avaliação da Aprendizagem**. Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/4_avaliacao_aprendizagem.pdf>. Acesso em: set. 2014.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento. Centro de Coordenação de Desenvolvimento Governamental. **Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná: Manual Operativo**. Curitiba, 2014. v.1.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento. **Lei Orçamentária Anual**: Lei nº 17.012 de 14/12/11 - Exercício 2012. Curitiba, 2012.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento. **Plano Plurianual 2012-2015**: Lei nº 17.012 de 14/12/11. Curitiba, 2011.



**Banco
Mundial**



PARANÁ

